

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

3^a

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Zita Rodrigues França

Costa, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário.--

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta e dois elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Maria Zita Rodrigues França Costa, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Helena Pires Mendo, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Manuel Luís Tibério, Mário Humberto Afonso, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Abel Afonso Varandas, José Joaquim Moura, Carlos Alberto Sousa Reis em substituição de Luis Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luis, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Luis José Pinto Lopes em substituição de Manuel dos Anjos Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Galegos, nos termos da alínea c), do

artigo 38, da Lei – 5-A/2002. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Domingos Alfredo Fernandes Amaro, Carlos Manuel Vinhais Conde, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

-----1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2009”.* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2010”.*-----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Bemposta, mediante a celebração de Protocolo com vista à Gestão do Pavilhão Desportivo de Bemposta e Zona Envolvente”.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “ Adesão à Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes”.* -----

-----2.6 *Análise e deliberação sobre “ Alteração ao Mapa de Pessoal – Ano de 2010 – Proposta do Sr. Presidente”.* -----

-----2.7 *Análise e deliberação sobre “ Desafectação de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na área do Loteamento de Santo Cristo na Freguesia de Bemposta, Concelho de Mogadouro ”.*-----

-----2.8 *Análise e deliberação sobre “ Aprovação Final do Regulamento Geral de Taxas Municipais”.*-----

-----2.9 *Análise e deliberação sobre “ Multigranitos - Transformação de Granitos Unipessoal, Lda. - Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal”.*-----

-----2.10 *Análise e deliberação sobre “Saída da Associação de Municípios Ribeirinhos do Douro Superior e da Associação de Municípios do Vale do Côa – Proposta do Sr. Vereador do Desenvolvimento Rural e Obras Municipais”.* -----

-----2.11 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:* -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, li a resposta dada pelo Comando da Guarda Nacional Republicana de Bragança ao teor da Moção que o Senhor Presidente fez o favor de lhe fazer chegar, não sei se directamente, se via Governo Civil de Bragança, não sei qual foi a via, mas a resposta foi mandada para o Governo Civil, e o Governo Civil transmitiu (*ouviram-se vozes*) ...eu posso explicar a razão pelo que estou aqui? (*o Presidente da Assembleia disse que sim*) Consta dos documentos apensos à acta a resposta do Senhor Governador Civil, consta da acta o teor da nossa Moção, eu entendi que seria o ponto oportuno para tratar, se o Senhor Presidente entender que o momento certo será outro, à-vontade, peço-lhe que o transmita (*o Presidente da Assembleia disse: neste ponto são incorrecções, qualquer coisa que não ficou averbada na acta, ou não está de acordo com o teor da redacção, é o momento que se impõe*) então entende que será noutro momento? (*o Presidente da Assembleia disse: pode ser noutro momento*) muito obrigado pelo seu esclarecimento e agradeço ao Senhor Deputado Alfredo Preto a correcção que fez. -----

-----Sobre a acta queria só solicitar ao Senhor Presidente, que se possível, e penso que o será, que o teor dos votos fosse mais bem explicitado, isto é: indicar qual a proveniência dos votos a favor e contra por bancada, e no caso de ter havido disparidade nas bancadas dizer da bancada A, três votos a favor, três contra, três abstenções, isto porquê? Quem ler a acta da reunião de Fevereiro depois de ler as intervenções que aqui foram feitas sobre o plano de protocolo, as relações Juntas de Freguesia, Câmara Municipal seria levado a concluir que a Moção não poderia ter sido aprovada por tantos votos, isto porque durante a discussão foram aqui manifestadas diversas opiniões de rejeição do protocolo, o que não se compagina muito bem com o resultado geral dos votos, de maneira que eu agradecia que para melhor esclarecimento fosse indicado: a Moção tal foi aprovada com tantos votos provenientes da bancada X, da bancada Y a votação foi esta, se fosse possível”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “no que diz respeito à acta vou fazer só um pequeno comentário, faltam pequenas expressões que ao não serem transcritas para a acta conforme foram ditas, podem alterar o raciocínio de quem lê, nem sempre se fica a perceber a frase, muito menos a emoção com que é dita, esta fórmula de transcrição esvazia muitas vezes

o conteúdo da afirmação, acho que devemos transcrever tudo, até por vezes algum palavrão que possa ser dito. Errar é humano”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “vem esta minha primeira intervenção a propósito de actas, e não de acta, como sabem em regra não se escreve como se fala, a comunicação oral, e a comunicação escrita têm objectivos diferentes e suscitam reacções também diferentes da parte de quem ouve, ou lê, como também sabem a ausência de uma vírgula que seja, ou a sua inserção em lugar indevido faz toda a diferença, em alguns casos pode inclusive implicar precisamente o oposto do que se pretendia afirmar, há imensos exemplos disso; vem isto a propósito da transcrição integral *ipsis-verbis* para a acta dos discursos aqui proferidos, e não está em causa a acta desta sessão, confesso e posso ir contra outras opiniões, que não sou particularmente adepto desta forma de elaboração de actas. Porquê? Precisamente porque o discurso escrito nada tem a ver com o discurso oral, se este, o discurso oral, no momento da sua transcrição não sofrer os devidos arranjos de adaptação à linguagem escrita, de forma a não ser mal interpretado. Ressalvo dois aspectos, primeiro não estou a lançar o debate sobre a melhor forma de elaborar a acta da Assembleia Municipal, aliás esta matéria não foi sequer objecto de discussão em sede do meu grupo parlamentar, por isso manifesto apenas a minha opinião pessoal, segundo, que fique claro, não estou a fazer qualquer crítica à secretária da Assembleia Municipal que tem a ingrata tarefa, e difícil também, de transformar em linguagem escrita discursos orais gravados, muitas vezes ininteligíveis, por experiência própria sei muito bem quão difícil se torna transcrever conversas, entrevistas, ou discursos a partir de uma gravação. *(o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD interrompeu e disse: Senhor Presidente posso fazer um ponto de ordem à mesa? É que na ordem de trabalhos aquilo que lá temos é apreciação e deliberação sobre a acta da sessão anterior, penso que é isso que está em causa, e não um longo discurso sobre a forma retórica de fazer actas, teremos depois oportunidade e agradecemos ao Deputado Tibério todo o contributo que possa dar a esta Assembleia no sentido de melhorar de facto as actas, neste momento destiná-lo-íamos, penso eu a apreciar e a deliberar sobre a acta da sessão anterior), (o Senhor Presidente da Assembleia disse: um momento, desculpem lá, a mim também me apeteceu interromper a palavra mas, por uma questão de delicadeza não interrompi, porque de facto este seria um assunto para o período de antes da ordem do dia, que era debater o problema das actas, nós estamos neste momento a debater o problema da acta da sessão anterior, as intervenções têm que vir no sentido de fazer reparos à acta da sessão anterior, e não à estruturação das actas em si, ou como devem ser feitas, todavia não quis ser indelicado, e foi por isso que não interrompi o Senhor Deputado)*, lamento, eu vou concluir; a acta faz parte das actas, esta acta é parte integrante das actas da Assembleia, eu

disse logo no início que não ia falar da acta, que ia falar de actas, mas esta acta faz parte das actas da Assembleia, peço desculpa, merece-me o mesmo reparo, só estou a pegar num exemplo que é esta acta para a incluir nas actas da Assembleia, mas concluirei em breve; neste sentido sugiro à mesa da Assembleia Municipal que proceda a uma leitura das actas, e desta inclusive antes de elas serem enviadas aos restantes membros da Assembleia, as actas da Assembleia, e esta em particular, são públicas, e como tal são o principal elemento de comunicação e contacto dos representantes, nós os Deputados, co-representados os Municípes, a sua qualidade e facilidade de leitura são o principal veículo da imagem deste órgão deliberativo que queremos preservar”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “chamar a atenção para..., sei o quão difícil é elaborar as actas, e para isso convinha de facto dar também condições à secretária através de meios técnicos, que não aconteça o que está a acontecer constantemente, e se repararem nesta acta verificamos que pelo menos, sei lá, três, quatro, cinco vezes em que aparece aqui a dizer acabou a fita, ou acabou a cassete, mudança de cassete e corta-se aí o raciocínio, convinha arranjar meios, e não serão eles assim tão caros, que não houvesse necessidade de estar constantemente a substituir as cassetes, ou não sei que equipamento estão aí a utilizar, portanto que a fita que utilizarem que dê pelo menos para uma sessão, que dê para um dia de gravação, e não estar constantemente a ser interrompida a gravação e portanto com certeza que se perdem diversas intervenções, por outro lado verifico aqui nesta acta, e não querendo ser muito moroso neste assunto, que algumas intervenções..., há uma em que o Senhor Presidente me dá uma resposta, e que eu tinha feito uma intervenção, a intervenção está lá mas não diz quem a fez, que foi no caso do Conselho Municipal de Segurança, que eu inicialmente chamei a atenção que a Câmara não podia fazer a recondução dos membros..., aqueles membros que são indicados pela Assembleia Municipal, e essa intervenção está aqui mas não se sabe quem a fez, mas depois há uma resposta do Senhor Presidente a dirigir-se a mim, e eu nessa altura volto a aparecer, mas para mim o mais importante é que se arranje equipamento em condições que evite de facto estar-se sempre a cortar a dizer que houve que mudar a cassete, e portanto perde-se grande parte das intervenções sempre que isso acontece”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo mais intervenções, e antes de pôr a acta à discussão queria apenas dizer o seguinte, de facto alguém disse, e acho que foi o Deputado Moreno, que não é fácil fazer uma acta da Assembleia Municipal, uma acta da Assembleia Municipal é ouvida por gravador, escreve-se e regista-se, muitas vezes também ajudo a decifrar determinado tipo de linguagens, que não é fácil, todavia eu queria dizer que também não concordo com este modelo de actas, e aí corroboro um pouco com aquilo que o Senhor

Deputado Tibério quis dizer relativamente ao significado de acta e actas, de facto o artigo 50 do nosso Regimento ajuda-nos um pouco a essência da constituição das actas, o que diz a Lei é sumariamente o seguinte: será lavrada acta que registe o que de essencial se tiver passado nas reuniões, nomeadamente as faltas verificadas, as deliberações tomadas e as posições contra elas assumidas, neste caso a requerimento daqueles que as tiverem tomado, e bem assim o facto de a acta ter sido lida e aprovada, e nós no fundo estamos a fazer o rosário de tudo que se passa aqui porque foi o modelo que se instituiu há anos, e que eu também não quis alterar; também..., penso que recebem a documentação a tempos e horas, e o documento que devem ler em primeira mão porque eu também faço esse esforço, também o leio, é ler as actas, e estão perfeitamente à-vontade quando não concordam com alguma coisa, antes de ela vir aqui, a Assembleia está permanentemente aberta, vão lá falam com a secretária e dizem: eu não disse isto, então vamos ouvir, ela põe a gravação e depois vocês fazem a constatação, se de facto aquilo que disse confirma com o que está escrito; relativamente ao equipamento, Senhor Deputado ele é semi-novo, não é o ideal, eu também não pedi este equipamento, e este não é o anterior, já é outro equipamento, mas na altura os responsáveis por a Câmara entenderam que ..., dentro da prospecção que fizeram do mercado, entenderam que este era o ideal, o ideal para mim também não é este, o ideal era que gravasse tudo, como utilizam se calhar grandes parlamentos, mas isso transcende as minhas competências, a única coisa que eu fiz foi reparo à necessidade de arranjar equipamento novo, arranjam este equipamento, é este que temos, e ainda é por cassetes, foi adquirido há um ano, e ainda é por cassetes, portanto não posso talvez satisfazer as vossas pretensões na sua plenitude, todavia vamos fazer todos um esforço no sentido de melhorar, mas dizer-vos que é muito difícil fazer este tipo de actas, e esperar que alguém tenha algum dia o discernimento para propor outra metodologia na elaboração das actas. -----

-----Vou colocá-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções, sendo três (3) do PS e duas (2) do PSD, por não terem estado presentes na sessão anterior, e quarenta e sete (47) votos a favor. -----

-----**1.2 Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, toda a gente recebeu a correspondência da Assembleia Municipal; alguém quer fazer alguma

intervenção sobre este ponto? Não havendo passamos ao ponto 1.3 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;**-----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “há coisas na vida que uma pessoa convive e medita, chegando à conclusão que se sente responsável por não agir, por não tomar uma atitude, o assunto que queria pôr à consideração de V. Exas. é de natureza humana, é de uma dignidade religiosa a toda a prova e merece a atenção de todos nós por se inserir nos direitos do cidadão e ferir o razoável entre a dignidade e a frieza que é o acto da morte, sabe V. Exa. melhor do que eu que nas diversas aldeias do nosso Concelho para se morrer é preciso pagar, têm que os familiares, ou amigos pagar a alguém que abra a sepultura, mas Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se for alguém a enterrar no cemitério de Mogadouro os Municípes pagam taxas apropriadas pois a Câmara tem um funcionário Coveiro; onde nós chegamos? A haver diferenças entre a vila e as restantes aldeias, não é digno, e urge rapidamente ser resolvido; então os votos das aldeias são diferentes dos da vila? Um cidadão nasce, vive dezenas de anos numa localidade, paga os seus impostos ao estado, contribui com o seu trabalho para a sua valorização, cumpre escrupulosamente com os seus direitos cívicos escolhendo os seus dignos representantes, constitui descendência familiar, deixa, ou não o património que adquiriu, tem um comportamento perante a sociedade de profundo respeito, e no final de um percurso terreno, os mais elementares direitos do homem não são suportados pelo poder local constituído, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados resolvam de vez esta insólita situação, não cheguemos ao caso, com a desertificação humana a que temos assistido nas nossas aldeias que não haja ninguém para abrir a sepultura do último cidadão a enterrar, ou como nos filmes quem vier atrás que feche a porta. Proposta de votação, que a câmara suporte as despesas inerentes em todo o Concelho na base dos princípios que procede em Mogadouro, e que a exemplo de outros Concelhos, que crie Brigadas Municipais para esse fim, não discriminando ninguém”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “ vou dar uma pequena explicação às minhas duas últimas faltas à Assembleia, a primeira, como o Senhor Presidente da Assembleia deve saber, qualquer Professor nessa data teria faltado porque foi marcada em data de reuniões de avaliação às quais não se pode faltar, a não ser por um motivo impreterível, digamos que tenha que ser mesmo; a segunda de facto, foi por motivos particulares, que também tenho direito, e agora..., alguém logo a seguir às eleições me perguntou se eu ia desistir, a quem eu respondi logo que não era mulher de desistir de nada, e como estou a dizer, vou continuar, e não desistirei; também para quem se preocupar com o dispêndio financeiro que o Município faz comigo, digo-lhe que a minha residência não é em Paris, não

é no Porto, e a minha residência oficial é em Mogadouro, e o Município não tem qualquer custo com a minha deslocação, pronto, este era o primeiro ponto, também estou no Porto, fruto de um concurso que fiz, fiz a minha análise, a perspectiva futura, a logo quando o encerramento das escolas, embora me tivesse sido dito pela actual representante do Conselho Municipal de Educação, penso que era, neste momento Vereadora Engenheira Teresa Sanches, que ninguém sairia dos seus lugares, o facto é que logo nos concursos a seguir colegas minhas com vinte e sete anos de serviço (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... outras ficámos sem turma, esses três anos devido à boa vontade dos Presidentes dos Executivos actuais, às Professoras que estávamos sem turma, ainda nos seguraram no Conselho, agora como vêm tenho colegas a andar 200 km por dia para poder vir dormir a casa, portanto o encerramento das escolas foi pouco acautelado por este Município, e tanto o Senhor Vereador João Henriques, como a maior parte da Assembleia sabe o que eu aqui me bati por isso, ainda hoje temos no Concelho escolinhas abertas com oito meninos, e oito meninos hoje numa aldeia, todos têm que concordar comigo que é uma população grande, e esquecem-se que há crianças a andar uma hora quase por dia, de manhã, e à noite, com cinco anos feitos até Dezembro, mas como não são Professores não os vêm de manhã a abrir a boca e à tarde cansados e na hora do meio-dia sem vontade de almoçar, eu estive presente um ano em regime de rotatividade, dois em regime de voluntariado na cantina a ajudar essas crianças a comer, como o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD sabe, ele chegou a passar por lá e se calhar viu-me muitas vezes meter a colher da sopa ou da comida na boca dos meninos, eu a si cheguei-o a ver, mas isso nunca o vi fazer, e também quero aqui dizer, que visto isto, eu não estaria para me sujeitar a andar 200 km por dia para poder vir para minha casa, então concorri para fora, mas aos Professores também toda a gente sabe que não são pagas deslocações para ir trabalhar, nem lhe dão chauffeur e carro para ir passar fins-de-semana, portanto aí eu tinha que ver as coisas de outra forma; também digo e repito que nesse processo nunca ninguém foi ouvido, nem Professores, nem Presidentes de Junta, porque eu cheguei a desafiar aqui os Presidentes de Junta actuais para que me dissesse algum a quem teria sido ouvido parecer para tal ter acontecido, a socialização das crianças seria o motivo principal, a socialização das crianças como toda a gente sabe tornou-se no famoso modernismo do bowling, e o sucesso, como todos sabemos em inúmero porque o acompanhamento não é igual, também queria aqui dizer que esses Professores sem turma até certa altura estariam assegurados porque havia um projecto cuja candidatura foi feita com os nomes das Professoras que estavam sem turma para ficarem nesse projecto que era mais sucesso escolar, não está lá nenhuma dos nomes que constavam, e mais do que isso vieram Professores de fora, e de muito

longe. -----

-----Agora queria fazer aqui um reparo, dei-me ao cuidado de ler a acta e ao meu camarada de bancada Senhor Engenheiro Altino, não são formas, concordo com o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD de se dirigir a uma Senhora, nem qualquer Senhora teria o direito de se dirigir a qualquer Senhora nestes termos. -----

-----Também fala lá nos transportes e queria aproveitar aqui para dizer ao Senhor Presidente que num debate onde anunciava a sua candidatura à Câmara falava que iria comprar uma frota de camionetas para os transportes das crianças, ora não só não comprou, não queria dar mais dinheiro à agência Santos, depois acabou por lhe oferecer a tal garagem particular. -----

-----Outro assunto que eu quero aqui pôr Senhor Presidente, e é directamente ao Senhor Presidente é que me constou que aqui no nosso Município haveria funcionários a receber para além do vencimento que recebem mais 60% em horas extraordinárias, boato? Verdade? Não sei, Senhor Presidente, agradecia que esclarecesse, e que desse esclarecimento à Assembleia, porque o dinheiro dos Municípios é para ser utilizado mais democraticamente, penso eu”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ só uma pequena nota histórica, entre a última reunião ordinária e esta decorreu uma extraordinária para comemorar o 25 de Abril, não comemorei cá, não estive presente, comemorei noutra parte do país, entretanto inteirei-me das palavras ditas na sessão extraordinária e queria felicitar o Senhor Presidente e todos os oradores que nela colaboraram. -----

-----Entrando no segundo ponto, que por acaso podia ter sido tratado no número anterior, isto é correspondência recebida e expedida, estou-me a referir à correspondência recebida do Governo Civil de Bragança, que mais não faz do que transcrever um ofício que lhe foi endereçado pelo Comando Distrital de Bragança da GNR, dando crédito e pensando que a transcrição é fiel, diz o Senhor Comandante da GNR, ou melhor a chefe de Gabinete por ele, na parte final diz o seguinte: *mais se informa que este comando não tem qualquer conhecimento da prática de quaisquer actos discriminatórios por parte dos militares do posto territorial de Mogadouro, bem como a população do mesmo Concelho não esteja satisfeita a nível geral com o trabalho que vem sendo desenvolvido*, descontando o mau português deste último parágrafo, há aqui uma coisa que se estranha: *este comando não tem qualquer conhecimento da prática de quaisquer actos discriminatórios*, se não tem, passou a ter, no momento em que recebeu a informação da Assembleia Municipal de Mogadouro, passou a ter que havia actos discriminatórios, não se entende o teor da resposta, ou então qual é a função da Assembleia Municipal, se não transmitir os anseios do Concelho? A Assembleia Municipal aqui votou, penso que por

unanimidade, que havia práticas discriminatórias por alguns agentes da GNR, em Mogadouro, portanto penso eu, que o Senhor Presidente se assim o entender deverá fazer chegar ao Comando Distrital da GNR uma explicitação do nosso ponto de vista, dizendo clarissimamente, Senhor Comandante, pessoa por quem aliás tenho estima, consideração pessoal e amizade, não está em causa isso, porque quem se está a avisar é o Comando, não é a pessoa do Senhor Comandante, fazer-lhe chegar que nos mantemos, e temos razões para nos manter preocupados com a actuação de elementos da GNR, em Mogadouro, se o Senhor Presidente entender que não deve, ou não quer fazê-lo poderemos em próxima reunião, ou quando se entender suscitar uma Moção reforçando o teor da outra, mas se o Senhor Presidente entender seria mais fácil contacto directo do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia com o Comando Distrital, fazendo realçar este ponto de vista, se assim for entendido pela Assembleia. -----

-----Outro ponto, da leitura das actas do Executivo houve ali uma coisa que me chocou um bocado, a propósito do cais de acostagem de barcos na barragem de Bemposta, foi dito que não havia licenciamento, eu gostava de pedir um esclarecimento sobre isto à Câmara, se não há porque não há, e se não há, se deverão ser tomadas outras medidas administrativas, se isso é possível, ou se depende só da autoridade marítima, não faço ideia, marítima ou fluvial, no caso. Na acta da reunião do Executivo de 17 de Fevereiro deste ano, no ponto 28, respondendo a uma solicitação da Cruz Vermelha para um apoio para a aquisição de uma viatura, foi pedida à dita instituição Cruz Vermelha Portuguesa que lhe fossem fornecidos mapas de utilização das viaturas dos últimos anos; eu gostava que o Executivo me pudesse explicar a razão de tal solicitação. -----

-----Por último, também gostava de informação mais cabal, esta sim, Senhor Presidente, espero que seja cabal sobre a adjudicação da recuperação da zona histórica da sede do Concelho, primeira e segunda fase, para já era só isto que eu pedia, fazendo votos para que desta vez o Executivo responda às perguntas que lhe são formuladas, porque normalmente o Senhor Presidente passa a bola para os Senhores Vereadores, e os Senhores Vereadores aos costumes dizem nim, espero que desta vez não aconteça”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “venho aqui intervir no sentido de..., com base na intervenção da Deputada Antónia Moura, esclarecer alguns aspectos que aqui foram deixados e que não correspondem de todo à verdade, no momento em que fazia a sua intervenção Senhora Deputada eu hesitei em colocar um ponto de ordem à mesa porque de facto me pareceu não haver aqui qualquer interesse relevante para o Município no que diz respeito à sua intervenção, pareceu-me inclusive que a Deputada Antónia Moura confunde interesse relevante do Município com interesse pessoal e corporativo, lamento de facto que na

sua exposição acerca do encerramento das escolas mais uma vez, e estou a falar do encerramento das escolas do 1º Ciclo no Município de Mogadouro tivesse resvalado para o manifesto de defesa dos interesses pessoais e corporativos dos Professores, todos aqui sabem que quem encerrou as escolas do 1º Ciclo foi o Ministério da Educação no tempo em que era Ministra a Senhora Lurdes Rodrigues, polémica Ministra da Educação, e que de facto decidiu que era tempo de encerrar por razões de natureza diversa e por ordens que eu entendo compreensíveis e justificativas porque nós de facto não somos um país rico e acautelaram-se para além dos aspectos económicos, os aspectos pedagógicos e psicopedagógicos, repito quem encerrou as escolas do 1º Ciclo não foi a Câmara Municipal, quem encerrou as escolas do 1º Ciclo foi o Ministério da Educação, ponto final, isto fique bem claro, e não foi só no Concelho de Mogadouro, neste processo intervieram vários parceiros entre os quais a Câmara Municipal, os Pais, os Professores, e o primeiro aspecto que foi acautelado foi inclusivamente o que diz respeito aos alunos, os interesses dos alunos, uma escola com um aluno, uma escola com dois alunos não pratica um acto de pedagogia correcto para a socialização das crianças, também este processo foi feito com base num documento que em devido tempo foi aprovado, que se chama Carta Educativa, também recorde, e lembro aqui a Assembleia Municipal, que de facto o Ministério da Educação se comprometeu assegurar os lugares dos Professores, foi dito pelo Ministério da Educação que os Professores não seriam de facto prejudicados neste processo; durante um ano lectivo muitos dos Professores sem componente lectiva, sem horário atribuído permaneceram no Agrupamento de Escolas, aqui permanecendo, desempenhando as tarefas que lhe foram atribuídas, e pelos vistos desenvolveram-nas muitíssimo bem, porque a maior parte destes Professores foram avaliados com muito bom, enquanto que outros Professores que trabalharam arduamente não tiveram essa qualificação, portanto o que significa que esses Professores fariam falta no Agrupamento de Escolas, porque eram os bons Professores e saíram, e em relação a isso eu lamento também. Queria agora dizer ainda que o Município de Mogadouro, e convido a Deputada Antónia Moura a visitar as obras que se iniciaram de construção do Centro Escolar de Mogadouro, terá aí as condições para receber todas as crianças do Concelho de Mogadouro que com certeza terão todas as valências que uma escola moderna deve ter, queria ainda lembrar aqui outro aspecto à Deputada Antónia Moura, já que falou aqui do projecto mais sucesso, Saber Mais, projecto Fénix que o nosso Agrupamento de Escolas viu aprovado, é um dos quarenta Agrupamentos que candidatando-se a este projecto viu o mesmo ser aprovado, e um projecto que está a ter os devidos reflexos no sucesso educativo dos nossos alunos, o que de facto aconteceu é que o projecto que avançou para o Ministério da Educação colocava como um processo

orientado para os alunos do 1ºCiclo, sendo que no 1º Ciclo o sucesso educativo é de 100%, sendo de 100% não entendo como é que se implementa no 1º Ciclo um projecto que visa promover o sucesso quando o sucesso já existe, evidente que fomos convidados pelo Ministério da Educação a alterar as orientações deste projecto *Saber Mais*, e as orientações que este projecto recebeu, foi no sentido de o fazer orientar para os anos e disciplinas em que os alunos de facto não tinham sucesso, assim todos os alunos do 5º e 7º ano nas disciplinas de Inglês, Matemática e Língua Portuguesa estão a ser apoiados no âmbito deste projecto, *Saber Mais*, projecto na modalidade Fénix, e em relação a este processo de facto ficaram de fora os Professores que inicialmente cujos nomes estavam envolvidos no processo, não houve possibilidade de manter os nomes desses professores, porque o 1º Ciclo saiu do projecto e entraram o 5º e o 7º anos do 2º e 3º Ciclos do ensino básico, neste sentido não entendo também as razões para invocar aqui o mais sucesso e essa desconfiança, não sei dirigida a quem, de que alguém terá dado um pontapé aos Professores do 1º Ciclo e os chutou daqui para fora; a Antónia Moura fez, e muito bem, acautelou a sua situação profissional, concorrendo, e eu acho que foi aquilo que deveria ter feito, porque o Ministério da Educação já tornou claro que não garantirá o lugar a ninguém, sendo que de facto os há-de colocar onde eles fazem falta; em relação àquilo que foi a sua intervenção aqui, mais uma vez repito, era aquilo que me convinha esclarecer”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar fazer uma referência à intervenção do Senhor Deputado José Maria, isto da questão do assunto ser relevante, cada um é que sabe se é relevante ou não, portanto não é o Deputado José Maria que está aqui para classificar a relevância das intervenções de cada Deputado, eu poderia dizer o mesmo da sua intervenção mas acredite que não o faço, porque a intervenção que cada um faz, ele próprio sabe qual a relevância que lhe dá a essa intervenção. Concretamente o que aqui me traz é..., foi muito propagandeado e com alguma razão o lançamento e a adjudicação das obras de requalificação do Centro Histórico, pensei e esperava que nesta altura já estivessem essas obras em andamento, não se vê nada no terreno essas obras andar, queria saber o que é que se passa com essas obras Senhor Presidente, informe esta Assembleia se está para breve o seu arranque, ou se não. -----

-----Por outro lado, outro assunto, como sabe toda a Administração Pública, e nessa Administração com certeza que está integrada a Administração Local, todos os Funcionários para poderem progredir na carreira, segundo a Lei que já vigora pelo menos a três ou quatro anos, todos os Funcionários têm que ser avaliados, segundo as regras do SIADAP, também verifiquei na informação que nos foi fornecida pela actividade dos Vereadores e penso também do Senhor Presidente, houve até dois dias de

formação sobre o SIADAP adaptado às Autarquias Locais, e isto ..., a minha pergunta é no sentido de saber se há de facto funcionários que não podem progredir porque não foram avaliados segundo as regras do SIADAP, e se não foram avaliados, e se isso é verdade queira explicar também a esta Assembleia o que é que se passa para não serem avaliados, e portanto no fundo, estarem a ser prejudicados esses funcionários por falta de classificação para poderem progredir na carreira, ou para poderem ir a outros concursos, é isto que me apraz perguntar à Câmara, gostaria portanto que desse uma resposta cabal a esta Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ Em primeiro lugar queria dar umas informações, o Vereador Armando Pacheco e a Câmara Municipal convidam para um almoço no Parque de Exposições e Feiras integrado na primeira feira de (?). -----

-----Em segundo lugar queria dar uma informação, na terça-feira estive na DREN, e estive na DREN para tratar de dois assuntos, um é, que estando abandonadas estas instalações da Escola Preparatória Trindade Coelho fui perguntar o que é que a DREN, o que é que as entidades oficiais pretendiam fazer com esta escola, com este edifício, se pretendem fazer alguma coisa, se têm algum objectivo, então que o façam antes de o edifício começar a ficar degradado, dado que já está com os vidros partidos, foi textual, se não querem o edifício então que o entreguem à Câmara, porque a Câmara pode dar solução e uma solução adequada, que tem sido reivindicada pelo Presidente da Comissão das Escolas no sentido de transferir para aquele local a cantina que está do outro lado da rua, que desce para o hospital, de maneira que se esse edifício for integrado pensar-se-á nessa solução e resolver-se-á um problema que a escola diz ser premente, o Senhor Director da DREN não conhece a situação, está totalmente alheio a essa situação, vem agora aqui durante o mês de Maio ao terreno ver a situação e tomar uma resolução. O segundo problema era da escola de Castro Vicente, a escola de Castro Vicente representa um pólo mas tem neste momento nove alunos, fui perguntar-lhe que me tinha constado que iam encerrar a escola de Castro Vicente, ele informou-se porque também não sabia nada, informou-se e de facto a escola tem nove alunos, com nove alunos tem que fechar obrigatoriamente, pediu-se-lhe para pelo menos os deixar lá estar mais um ano, ou um ano e meio, até que esta escola do 1º Ciclo que está a ser construída de raiz e que tem todas as condições então possa tomar conta desses alunos; depois um Senhor que estava ao lado disse que estavam a pensar numa solução e que inclusivamente estavam a pensar também em que esses alunos não viessem para Mogadouro, mas fossem para outro sítio mais perto, esse sítio mais perto só pode ser Macedo de Cavaleiros, ou Peredo, disse-lhe peremptoriamente que não aceitava essa situação dado que temos outros alunos praticamente à mesma distância a vir para as escolas de Mogadouro, e houve uma receptividade que me parece

pessoalmente razoável, já tínhamos acabado mais ou menos os meus temas e disseram assim: também temos aqui um problema, é que o Senhor Presidente da Junta de Meirinhos escreveu para as entidades superiores a dizer que a Câmara tinha..., tem que me esclarecer isso, que a Câmara tinha informado que ia fechar o infantário de Meirinhos, tive que lhe dizer que a Câmara não encerra nunca nada, muito menos esse infantário porque a Câmara não tem despesas ali, foi o que eu lhe disse, a Câmara não tendo despesas ali, o estado que pague, a Câmara não tem nada com isso, o estado paga, encerra, ou não encerra, nós não concordamos que encerre, porque nós não concordamos que se encerre nada, mas se o estado entende..., a Câmara nunca podia dizer encerre-se, porque não paga nada, não tem despesas com aquilo, a não ser uma Funcionária que seria imediatamente transferida. -----

-----Quanto às actas o que aqui foi dito pelo Moreno, eu, desde que aqui estamos já..., creio que, não sei se foi neste mandato, ou no fim do mandato anterior já se comprou esta aparelhagem, agora se esta não serve, o Senhor tem que nos apontar o modelo que quer que se compre, havendo o modelo, a gente compra-o, temos capacidades económicas para o fazer. ----

-----Queria responder ao Senhor Lima, eu tive sempre a convicção que as Juntas de Freguesia é que mandavam nos cemitérios, tanto na organização como nas obras, aqui em Mogadouro paga-se uma taxa e temos Funcionário, há custos na abertura das covas, há custos na conservação do cemitério, há custos para tudo no cemitério de Mogadouro, e portanto as freguesias terão que pagar a abertura da cova, mas isso é um problema que podemos ver, também podemos arranjar uma solução que não seja esta, também não será tão dispendiosa como isso. -----

-----Quanto à Deputada Antónia, em primeiro lugar tenho que a felicitar pelo seu regresso, deu certa vivacidade aqui aos debates, começo pelo fim, horas extraordinárias, as horas extraordinárias estão consignadas na Lei, e podem ir até 25% do total, em casos excepcionais podem subir, e quando cá estive o IGATE uma das coisas que me chamou a atenção é que exactamente o meu condutor dava horas extraordinárias a mais, e eu disse: pronto, muito bem, eu vou meter mais dois ou três condutores e que compensa, mas as horas extraordinárias enquanto não os tiver continuam a ser essas porque eu preciso sair, hoje a Presidência da Câmara não se compadece em dois factores, primeiro na actividade própria do Presidente da Câmara e dos Vereadores sem transportes, tem que os ter, e em segundo lugar a Câmara hoje confere mais de noventa mil quilómetros às escolas, as escolas hoje consomem quilómetros, os desportos, o Futebol, Futsal etc., consomem quilómetros, e muitas mais entidades, e Juntas de Freguesia consomem quilómetros, e esses quilómetros têm que ser pagos, e as horas extraordinárias têm que ser pagas, e eles já estão a ser prejudicados muito nisso. -----

-----Quanto aos transportes e para a garagem Santos é que temos um prazer especial em que aquela garagem esteja ali, e que esteja ocupada inclusivamente pelo Santos, porque é um dos empreendimentos que dá sustentabilidade na vila de Mogadouro, e não me refiro à parte social, porque era caso para dar prejuízo, e muito prejuízo; a Senhora já não se lembra quando esperavam aqui na Praça Trindade Coelho em frente ao hotel, eu estive ali quase dois anos e via, à chuva, ao vento, à intempérie, ali desde as sete da manhã, seis da manhã à espera da camioneta, não se lembra disso, não porque nunca utilizou, utiliza carro, porque se utilizasse a camioneta havia de ver, de maneira que agora chegar ali, ter um bar, ter uma sala onde possa comprar o seu bilhete e estar à vontade, onde se possa sentar e ver televisão, onde esteja abrigada de todas as intempéries, só isso vale e valia a construção daquele edifício, para além de que, do ponto de vista arquitectónico, tem sido visitado por muitas e muitas escolas quer de arquitectura, quer de engenharia (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... na Câmara contra o fecho das escolas, nós não concordamos que se fechem as escolas, apesar de entendermos que as escolas com um aluno nem beneficiam o Professor, nem os alunos, nem ninguém, e essas sim são contra aquilo que pedagogicamente está estabelecido, mas o Governo encerrou-as, quem propôs foi o PSD, quem encerrou foi o PS, mas isso é irrelevante. Quanto à escola e colocação de Professores, eu não sei se considera a resposta do Senhor José Maria Preto consentânea, senão respondesse-lhe. -----

-----Quanto ao cais fluvial de Bemposta vai responder o Vereador Pimentel, e na Cruz Vermelha o Doutor João Henriques, é assim, isto é colegial, isto aqui não é o Presidente da República que tem que conhecer todo o país, nem o Presidente da Câmara que tem que conhecer todo o Concelho, temos aqui funções bem definidas, há pelouros, e esses pelouros têm que ser respeitados, não vou falar do que está para trás, cada um nos seus pelouros tem que responder por eles e tem que saber tudo aquilo que se passa, que eu não sei, não sei se conheces aquela história da tropa, dos militares, que dizia assim o regulamento militar: o Primeiro-sargento tem que saber ler e escrever porque o Capitão pode não saber. -----

-----Na recuperação da zona histórica tem aqui o Moreno, e o Ilídio também, quem vai responder é o Pimentel que também tem esse pelouro, nas avaliações o João Henriques vai responder que tem esse pelouro”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “ gostaria de começar por dizer quer entendo as palavras do Deputado Ilídio Martins, de gostar mais das explicações do nosso Presidente da Câmara, naturalmente consegue explicitá-las melhor, mas por outro lado também entendo porque sei que gosta de ouvir os amigos, e também será por esse lado, de qualquer das maneiras eu procuro sempre ser o mais sucinto e o mais claro possível naquilo que pretendo transmitir e que me pedem para transmitir, assim

começando pelos cais fluviais, não é só o cais fluvial, são os cais fluviais de Peredo de Bemposta e de Bemposta, tenho para informar o seguinte: é um processo extremamente complicado que foi adjudicado inclusivamente a um gabinete para tratar dos processos todos burocráticos de tramitação dos papéis, há mais de um ano, ou dois, que andamos com isto, e foi esbarrar na representação diplomática de Espanha em Lisboa, portanto o INAC está a aguardar um parecer do lado de lá de Espanha, que penso que seja a própria representação diplomática que o emite, de qualquer das maneiras a minha pressão tem sido tanta ou tão pouca que ainda ontem, e não imaginava que me viesse colocar isso aqui, tive a informação do gabinete que a ARH ia passar uma licença condicionada, digamos uma licença provisória enquanto não fosse resolvido o problema definitivamente, no prazo de dois meses, a Câmara teria que requerer ao porto de Leixões uma vistoria para ver se tem condições para poder ser licenciada, portanto são processos complicados que não têm sido esquecidos, e que estão a ser devidamente cuidados; lembrar aqui que ainda ontem estive reunido com o dono da embarcação, que trabalha na albufeira de Bemposta para esclarecer alguns pontos, e tive o grato prazer de saber que embora não tendo o cais licença, ele tem uma licença turística para trabalhar na albufeira, o que de certo modo iliba a Câmara de algumas futuras responsabilidades, é evidente que ele legalmente não poderá usar o cais, ele diz que usa um barquinho para levar os turistas para a barca dele, eu creio que ele está a usar o cais, também com as obras da barragem sofreu alguns danos que eu ontem mandei corrigir, e pedi o parecer dele, aquilo que devia ser feito ainda para melhorar o acesso à plataforma, isto em relação ao cais é o ponto da situação, não está esquecido, está a ser tratado, e não adianta, a não ser que se interceda junto do Primeiro-ministro para esta situação. -----

-----Em relação às obras de recuperação da zona histórica de Mogadouro, aí tenho que informar o seguinte: como sabe havia uma legislação, que era o Decreto-Lei 59, em que eram entregues os documentos e eram entregues as propostas, vinha um envelope com os documentos e outro com as propostas, com a nova legislação não, os documentos da empresa aparecem depois a jusante na altura em que é elaborado o contrato, isto para além de um pequeno erro que ia no pedido de alvarás, mas que a lei geral colmatava, acontece que, quando a empresa que ganhou o concurso entregou os documento para fazer o contrato internamente não repararam que a empresa só tinha alvará para dois milhões e seiscentos mil euros, quando o concurso era de quatro milhões e meio, embora a proposta deles fossem três milhões e oitocentos mil, ou à volta disso, nem aqui se deu conta, nem os concorrentes reclamaram, daí, nós enviámos para o Tribunal de Contas, veio uma primeira informação do Tribunal de Contas a dizer como é que se tinha aceitado uma empresa que não tinha alvará para o

assunto, nós dissemos que os serviços não se aperceberam disso, e foi nesse sentido, até para obter uma resposta rápida do Tribunal de Contas, chegou o acordo do Tribunal de Contas e a zona histórica, digamos que o contrato foi anulado, já na anterior reunião de Câmara se procedeu à anulação do contrato, do concurso, e na próxima reunião de Câmara será aberto novo concurso, quero dizer que isto nada tem a ver com o financiamento, o financiamento está contratualizado até para à volta dos cinco milhões de euros, porque o concurso veio um bocado para baixo, está aqui uma questão de tempo, portanto iremos na próxima reunião de Câmara levar, não um concurso, mas iremos subdividi-lo em primeira fase e segunda fase, e portanto iremos lançar dois concursos para a zona histórica, de qualquer das maneiras quero dizer que a obra já começou, porque a primeira fase tem duas acções que não chocam uma com a outra, e na primeira fase consta a recuperação do Largo do Convento de São Francisco que se encontra como puderam observar em estado avançado. Em relação à zona histórica é isso, e é claro que ao lançar dois concursos, não só deixa de ser um concurso internacional, como foi o anterior, o que encurta prazos, como iremos encurtar os prazos de execução também porque são empreitadas menores, portanto estou convencido que em termos globais poderá haver um atraso de três, quatro, ou cinco meses, não mais do que o tempo que levar a abrir, digamos este concurso para a 1ª e 2ª fases que irá correr de imediato. -----

-----Lembrar só aqui também em relação aos cemitérios que para a Câmara fazer alguma coisa teria que obter autorização das Juntas de Freguesia e das Assembleias de Freguesia porque é uma competência estrita das Juntas de Freguesia. -----

-----Lembrar também, e resumidamente que quanto à Central de Camionagem podem ter a certeza que é o único edifício que depois de pago, e que foi financiado em 75%, se suporta a si próprio, é o único edifício que a Câmara tem neste momento auto sustentável, a receita dá para a despesa, portanto foi um bom investimento”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “ encarrega-me o Senhor Presidente de dar aqui alguns esclarecimentos sobre algumas das questões que foram levantadas, nomeadamente a da Senhora Deputada Antónia Moura sobre o encerramento das escolas e que além daquilo que o Deputado Municipal José Maria Preto aqui disse, e que não tenho nada a acrescentar, subscrevo em absoluto tudo isso, nós acompanhamos o processo, sabemos como as escolas foram encerradas, da forma como foram encerradas, eu pensava que esse era um assunto também ele próprio em si fechado, não havia mais nada a dizer, eu ao contrário, esperava que Senhora Deputada nos pudesse dizer assim: felizmente Mogadouro paga os livros escolares a todos os alunos do 1º Ciclo, coisa que se verifica muito pouco pelas escolas de todo o país, nomeadamente, por certo, naquela onde lecciona, onde o

Município não paga os livros escolares a todos os alunos do 1º Ciclo, como paga Mogadouro; eu gostava que tivesse dito aqui, felizmente o Município de Mogadouro paga o transporte a todos os meninos que são deslocados nomeadamente para os Infantários, trazendo-os inclusivamente de táxi de todos os pontos do Concelho de Mogadouro onde haja meninos em condições de frequentarem o Infantário, que Mogadouro paga o transporte a todos esses meninos, que não há um único menino que fique em casa, que tenha idade de andar no Infantário, e que os pais queiram que ficasse; eu gostava que tivesse dito aqui que felizmente é Deputada Municipal num Concelho onde o Município põe aulas de Inglês aos meninos dos Infantários de forma gratuita, paga pelo Município, para que os meninos comecem com essa idade a aprender Inglês e serem mais bem formados para o futuro; estava à espera que dissesse aqui que felizmente é Deputada Municipal num Concelho onde o Município paga aos Professores de Educação Física e aos Professores de Música para nos Infantários começarem a dar as aulas aos meninos; estava à espera que dissesse que felizmente é Deputada Municipal num Concelho onde o Município paga todos os livros das AEC's, das Actividades Extra Curriculares, que os meninos do 1º Ciclo têm necessidade de ter; estava à espera que dissesse que felizmente é Deputada Municipal num Concelho onde o Município paga as refeições a todos os meninos que são deslocados e todos os carenciados; estava ainda à espera que dissesse que tinha orgulho em ser Deputada Municipal num Concelho onde os meninos, todos que queiram, praticam gira-vólei, praticam futebol, com as escolinhas de futebol acompanhados por Professores de Educação Física, praticam Atletismo de forma gratuita durante todo o ano; estava ainda à espera que se pudesse orgulhar de ser Deputada Municipal num Concelho onde na área da Educação os meninos podem aprender na escola de música tudo, pagando o valor simbólico de cinco euros, e se algum não tiver forma de o pagar está isento pelo Município; por fim estava à espera que dissesse que sentia orgulho de ser Deputada Municipal num Concelho onde os transportes para viagens de estudo atingem valores, e atingem número de quilómetros inigualáveis em qualquer Concelho do Distrito, ou em qualquer Concelho do País, e esta é que é a verdade do nosso ensino, quando recebemos os elogios da parte de quem nos vem visitar e inspeccionar, seja da DREN, seja daquilo que for, esta é a grande realidade, portanto no que diz respeito ao Município, eu julgo que todos devemos ter orgulho, e saber o que estamos a fazer com as nossas crianças, e como o estamos a fazer. -----
-----Em relação àquilo que o Senhor Deputado Ilídio Martins nos pediu de esclarecimento sobre a Cruz Vermelha e o termos solicitado à Cruz Vermelha que nos mandasse o mapa de utilização de viaturas, também estava à espera que o Senhor Deputado dissesse ainda bem que o fez porque estão em causa dinheiros públicos de todos nós e devemos saber a

forma como eles são distribuídos e como é que eles são pagos e enviados para as instituições, portanto é uma questão de racionalidade, e esta racionalidade é uma racionalidade que não é só nossa, também estão de parabéns os outros Vereadores da Câmara Municipal, que não os eleitos só pelo PSD, nomeadamente os do PS e o do CDS que connosco votaram da mesma forma este pedido de esclarecimento à Cruz Vermelha, não passa disso, não passa de nos dar bases para melhor podermos definir a nossa política de subsídios, (*ouviram-se vozes*) estou a dizer alguma incorrecção? Por certo está na acta o sentido de votação daquilo que estou a dizer. -----

-----Em relação àquilo que o Senhor Deputado Municipal Aníbal Moreno colocou sobre o SIADAP, o SIADAP está em funcionamento, o SIADAP está a ser aplicado, e o próprio SIADAP, como sabe, tem formas de resolver algumas circunstâncias, quando não há um chefe directo para determinado tipo de funcionários, como é que eles podem ser avaliados, o próprio SIADAP o diz, e, ou é avaliado através do chefe directo, ou tem uma alternativa que se chama avaliação curricular em que qualquer funcionário pode solicitar e é avaliado dessa forma, portanto não vai haver nenhum funcionário que não possa progredir na sua carreira por falta de avaliação, isso fique tranquilo, é uma certeza que eu aqui deixo; em relação ao ano de 2010 tudo está a ser levado a cabo no sentido de poder ser um sucesso a avaliação curricular no fim do ano como é obrigatório por Lei”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ Senhor Vereador Pimentel, estou sem palavras, estou espantado, o Senhor disse como Vereador da Câmara Municipal de Mogadouro, o Senhor disse que Mogadouro, é Mogadouro, as aldeias não interessam, o Senhor tem responsabilidades sobre as aldeias, e o Senhor tem responsabilidades sobre as Juntas de Freguesia, não tire a água do capote, que as Juntas de Freguesia não sirvam só para vender talhões, os Senhores têm responsabilidade em dotar, perguntem a Vimioso, perguntem a Freixo, os Senhores têm direito de ajudar, de elucidar as Juntas de Freguesia, o Senhor sabe o que se passa nas aldeias, o Senhor sabe que custa cem, ou cento e cinquenta euros para abrir cada sepultura, então o Senhor só quer o voto daquela gente? Então o que fazem os Presidentes da Junta? O que é isso Senhor Vereador? Faz favor de remediar esse assunto, com mecanismos, sem mecanismos, mas ajude essa gente que deu o seu contributo; então não aprenderam nada com o Marquês de Pombal após o terramoto de 1955? -----

-----Como segundo tema, eu não estava preparado, nem é meu costume tratar de assuntos de instituições para que não estou mandatado, mas o Senhor Deputado Ilídio chamou aqui a atenção a Cruz Vermelha, e o que o Senhor Deputado disse é verdade, toda a informação que a Câmara nos tem pedido, nós temos fornecido sempre à Câmara, e mais, somos talvez a única instituição no Concelho que trimestralmente enviamos todo o nosso movimento, a Câmara sabe tudo o que se passa na Cruz Vermelha, mas

temos um problema é que o Senhor Vice-Presidente sempre olhou com o olho ao contrário para a Cruz Vermelha, é verdade, ou se vamos lá ele olha e nos apresenta a conta e diz-nos assim: aluguer da casa tanto, água tanto, luz tanto, e não nos dá um cêntimo, isto é uma atitude miserabilista, mas eu não quero falar neste assunto, só queria dizer que nas informações que eu tenho feito ao Senhor Presidente da Câmara, o convidei ultimamente a visitar a Cruz Vermelha, o convidei, para resolver isto tudo, porque somos cavalheiros, porque temos boas relações, e eu queria informar o Senhor Presidente na minha instituição, dizendo-lhe Senhor Presidente, passa-se isto, e isto, e isto, e quando nós solicitamos um apoio para uma viatura, meus Senhores e minhas Senhoras, nada disto é meu, é do povo, os Senhores sabem muito bem que a Cruz Vermelha transporta gratuitamente, seja sócio, ou não sócio para Mirandela três vezes por semana pessoas que saem daqui às sete horas da manhã e que regressam às onze e meia, meio-dia, e que não pagam um cêntimo, é a Cruz Vermelha que tem um protocolo com a instituição privada que nos paga um doente, temos para Chaves colonoscopias, de quinze em quinze dias, temos um protocolo que nos dá prejuízo, nós temos uma viatura nova, mas qualquer dia essa viatura estoira, e nós pedimos à Câmara que nos auxilie, que nos dê algum dinheiro, porque nós temos algum dinheiro devido aos sócios, e estamos nestas negociações, não temos nada, mas a Cruz Vermelha em Mogadouro é a única do distrito de Bragança a operar com prestígio, com nível, as nossas ambulâncias quando vão para Mirandela, ou Macedo dizem-lhe assim: queremos cá a Cruz Vermelha, parece que Mogadouro é que não quer, nós estamos com prestígio, nós estamos com integração, a Cruz Vermelha é a única instituição no mundo, a segunda mais conhecida, parece que em Mogadouro é a última. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente muito obrigado pelas quase respostas que me foram dadas pelo Executivo, Senhor Presidente da Câmara, é evidente, que neste caso, quer o capitão, quer os sargentos, têm literacia suficiente, o que às vezes não têm é vontade de responder, sabem ler, escrever, e contar, o que às vezes não querem exercitar essas funções, isso é história diferente, não estou a pôr em causa a competência. -----

-----Senhor Vereador Pimentel obrigado pela sua resposta, ficámos a saber que grande parte da culpa deste atraso se deve à incompetência dos serviços da Câmara Municipal. -----

-----Senhor Vice-presidente não posso estar mais de acordo consigo quando diz que ainda bem que fez, ainda bem que requereu o mapa de utilização à Cruz Vermelha, isto dá um certo sinal de capacidade de gestão, só que eu fico um bocado confrangido porque imediatamente antes na mesma sessão de sete de Fevereiro o Executivo Municipal tinha votado o seguinte: foi presente um pedido oriundo do Clube Académico de

Mogadouro, a solicitar a manutenção do subsídio mensal de cinco mil euros até ao mês de Junho, altura em que termina o campeonato; a Câmara tendo em conta os argumentos deliberou por unanimidade atribuir o tal subsídio, e parece-me que acaba por aqui, mas não diz que lhe vai pedir mapas de despesas, nem contas, eu sinto-me à-vontade para falar deste tema na medida que fui o único Deputado Municipal que apoiei o ponto de vista do Senhor Presidente da Câmara sobre futebóis, futsais e coisas congéneres, sinto-me perfeitamente à-vontade para falar, e só pergunto: então porquê pedir mapas à Cruz Vermelha e dar de mão beijada o que se quer aos futebóis, onde está a lógica desta administração, é só isto que me confrange Senhor Presidente, não é mais nada, e por acaso vêm os pontos seguidos, que é o ponto 27 e 28 da vossa acta de sete de Fevereiro, Senhor Vice-presidente, de uma vez para sempre, e Senhores Vereadores, e Senhor Presidente da Câmara também, de nada serve para mim atirarem-me à cara que os Vereadores do partido A votaram, e os do partido B deixaram de votar, ou foi tudo unânime, para mim não me interessa para nada, as decisões que são tomadas são do Executivo, e não me interessa nada se são do partido a cuja bancada parlamentar eu pertença, ou se são doutro qualquer, isso para mim ..., eu estou aqui para criticar, quando entender, as atitudes do Executivo, e as atitudes do Executivo são tomadas como Executivo, como um globo, não é por fracções partidárias. -----
-----Só mais um desabafo para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é muito rápido, eu estranhei um bocado que o Senhor Deputado José Maria Preto tivesse aquela desconsideração, considerando que seria de interesse municipal aquilo que no seu critério fosse de interesse municipal, mas muito mais triste fiquei quando vi o Senhor Presidente da Mesa não intervir nesta matéria, ele que tem o dever de conduzir os trabalhos deveria chamar a atenção do Senhor Chefe da bancada do PSD porque o ponto 1.3 da convocatória diz: Assuntos de Interesse Relevante para o Município, não diz: Assunto de Interesse para o Município, segundo o critério do Senhor Deputado José Maria Preto, e ele calou-se, demitiu-se dessa função, aqui fica esta crítica para o Senhor Presidente”.

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “ em primeiro quero esclarecer que eu tinha pedido a palavra logo antes da resposta do Senhor Presidente, não me foi concedida, venho agora; quero responder ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, e vou dizer-lhe que dá para ver que comprou casa feita, daí desconhecer por onde deve ser começada a casa, esse projecto tinha todo interesse em continuar no 1º e 2º Ciclos, porque como sabe há dificuldades e aprendizagens necessárias, e características próprias de determinada idade, cruciais de determinada idade, e passando não serão feitas da mesma forma. Segundo, sabe com certeza que nem tudo na vida é efémero, e o sucesso, o desempenho, devem ser de carácter contínuo, mais uma razão para esse projecto continuar no 1º

e 2º Ciclo, essa gestão deve ter este carácter, contínuo. Quanto ao tema que trouxe para aqui das avaliações de muito bom, penso que com uma certa carga de ironia, eu só lhe quero fazer a pergunta: por acaso um Professor que o vá substituir quando falta, ou quando faltava, tem menos valor e menos competência do que V. Exa? Por acaso um Professor a quem é exigida uma polivalência terrível, em substituições, em tudo quanto diz respeito à educação tem menos valor, do que outro que está só com uma turma e sabe aquilo com que conta, todos os dias, diariamente não vai para a escola sem saber o que lhe é apresentado? Porque razão é que não deveriam ter muito bom? E também quero explicar aqui que das minhas colegas com turma, que preencheram os objectivos para muito bom ninguém ficou sem ele, como V. Exa. deve saber, isso encontra-se em arquivos na escola, deve encontrar-se. -----

-----Quanto ao Senhor Presidente, das horas extraordinárias, eu não lhe vou responder, só lhe vou perguntar se não há um lugarzinho na Câmara para mim, nessas condições? Porque eu deixava a cidade do Porto, e vinha para cá. -----

-----Ao Senhor Vereador João Henriques quero apenas dizer-lhe que eu não estava à espera de um comício, foi um autêntico comício, mas estava à espera, que pelo menos no fim daquele comício todo dissesse simplesmente, e agradecesse, tivesse uma palavra de agradecimento ao Governo, porque as verbas vêm transferidas do Ministério da Educação, quando transferem as competências, transferem verbas; ou então só criam competências? O encerramento das escolas foi aqui dito que foi da responsabilidade do Governo; a construção do Pólo não é da responsabilidade do Governo? Eu vou sentir-me na obrigação desta parte da acta pegar na folhinha e enviá-la para o Ministério, porque realmente aqui os louros só os tem a Câmara”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “no fundo a minha intervenção resume-se às respostas que me foram dadas, e é pena que no caso de o concurso ser anulado por irregularidades nos alvarás, que eu saiba ainda deve existir a comissão de abertura de propostas, já não existe? Isso passa pelos serviços, de qualquer forma, (*ouviram-se vozes*) o que é mal, porque se de facto continuasse a existir essa comissão se calhar esses erros não se teriam cometido. -----

-----Sobre o SIADAP e a resposta que o Vereador João Henriques deu, de facto o SIADAP tem meios de ultrapassar quando não se dá a classificação, mas sabe que esses meios de ultrapassar é sempre em prejuízo de quem não é a avaliado, porque a classificação que acaba por ter é 1, e um 1 é a mínima, e é isso que convinha que todos, todos os funcionários fossem avaliados, e que ninguém ficasse para trás”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “queria dirigir-me à Deputada Antónia Moura, eu começaria por felicitar a Câmara Municipal

na pessoa do Senhor Presidente e dos seus Vereadores em exercício relativamente às preocupações que tem demonstrado em tudo o que diz respeito às questões relacionadas com a educação, e fico deveras contente por saber que por iniciativa do Senhor Presidente da Câmara de ter agendado uma reunião com o Senhor Director Regional da Educação, em sequência disso temos aqui o Senhor Director Regional da Educação para resolver os problemas que ainda temos com a questão da cantina, que de facto estando fora do recinto escolar cria dificuldades na gestão da segurança dos alunos e das crianças, que nos preocupa bastante, é isso que nos preocupa mais neste momento; queria também, e peço desculpa à Deputada Antónia Moura pelo facto de há pouco, e sabe que tenho enorme consideração por si, de não ter felicitado a sua vinda de novo para a Assembleia Municipal, e espero vê-la por aqui continuamente, e sempre, e discutindo connosco as questões da educação. -----

----- A questão de relevância, ou não relevância dos assuntos, Senhor Deputado Ilídio Martins é assim, não sei qual é a relevância de um assunto que está ultrapassado, ao vir aqui intervir no sentido de trazer um assunto do qual não resulta mais nada a não ser estarmos a discutir aquilo que já está encerrado, capítulo encerrado, não estou a ver que relevância tem isso para o Município. -----

-----Relativamente à questão da casa feita, Deputada Antónia Moura queria dizer-lhe o seguinte: referiu-se ao projecto Fénix, e eu queria dizer-lhe que foi a Senhora Coordenadora Nacional, Doutora Luísa Moreiras que nos pediu para alterarmos o projecto para o poder aprovar, porque perante os dados que foram enviados, de sucesso no 1º Ciclo, o projecto só seria aprovado com a alteração introduzida no sentido de o encaminhar para os anos e turmas em que houvesse insucesso, ponto final, não fomos nós que recebemos a casa feita, estamos a construí-la à nossa maneira, porque as casas nunca estão feitas, as casas nunca estão acabadas, mais que não seja, é preciso colocar um tijolo aqui, uma janela nova além, e portanto é este o trabalho árduo no qual nós estamos lançados, preocupando-nos também com o ponto da situação dos nossos alunos, que é o seu insucesso. -----

-----Agora relativamente à avaliação dos Professores, eu gostaria, não de o discutir aqui, mas nos lugares próprios, e o lugar próprio é a Comissão de Coordenação da Avaliação Docente, que está criada, é o lugar próprio, aqui poderemos discutir sim, o SIADAP, avaliação dos Funcionários do Município, isso sim, podemos discuti-lo, também entendo sobre a matéria, até porque tive que avaliar os Funcionários do Agrupamento de Escolas, e tive que ler toda a legislação. Relativamente aos Professores que tiveram Muito Bom não têm culpa, efectivamente, das perversidades que o sistema de avaliação dos Professores apresenta quando têm que ser avaliados”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “ eu vinha aqui só para prestar um esclarecimento ao Senhor Deputado Lima, o Senhor lançou-se

como um gato a bofes ali ao Vereador Pimentel, e ele tem toda a razão, os cemitérios das aldeias, antigamente antes do 25 de Abril eram chamados cemitérios paroquiais, com a Lei que veio no 25 de Abril passaram a ser património das Juntas de Freguesia, enquanto que o cemitério de Mogadouro é património Municipal, é da Câmara, não pode de maneira alguma a Câmara, até por protocolo, não pode contribuir para o cemitério das Freguesias, porque a Câmara só pode fazer protocolos das competências da Câmara, ora a Câmara não tem competências sobre as Juntas de Freguesia, há separação de poderes, não manda nas Assembleias de Freguesia, não manda nas Juntas de Freguesia, são órgãos autónomos, não tem nada a ver uma coisa com a outra, portanto o Senhor Vereador Pimentel tem toda a razão, poderá eventualmente haver outras formas de apoiar as Juntas de Freguesia, mas não como o Senhor quer, e entende que seja assim”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ eu queria dizer ao Senhor que usou da palavra que escusa defender o Senhor Vereador Pimentel, porque o Senhor Vereador Pimentel sabe muito bem de protocolos e disso tudo, que não existe, a Câmara tem espírito para resolver, porque quando as Juntas precisam de uma máquina, ele vai lá, aliás o Senhor Vereador Pimentel na última sessão virou-se para o Senhor Presidente da Junta de Penas Roías e disse: «o Senhor não fez lá nada, quem fez foi tudo a Câmara, fez isto, e isto, e isto,» (*ouviram-se vozes*) o Senhor não esteja a interromper, o Senhor sabe quais os poderes da Câmara para resolver estes assuntos, e os Senhores têm grandes responsabilidades se votarem contra esta proposta, depois têm que assumir as responsabilidades perante as gentes das aldeias, porque nós não nos vamos calar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “devo dizer ao Senhor Lima que ainda não recebemos proposta nenhuma na Mesa, se quiser fazer a proposta, faz favor de a apresentar, até aqui não temos proposta (*ouviram-se vozes*) se quiser apresente a proposta e depois a Assembleia irá votá-la”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “ muito rapidamente para dizer o seguinte, e apenas chamar a atenção para a maneira enfática como o Deputado do CDS usou da palavra, o Senhor Deputado deve saber que nós já andamos também há muito tempo nisto e não nos incomoda muito o tom, e a maneira como as pessoas se pronunciam, porque isso não lhes dá razão, mas queria todavia lembrar aqui o seguinte, estou a ver Senhor Presidente, que há quatro anos e meio fizemos bem em não aceitar que o Senhor Deputado do CDS fosse candidato nas listas do PSD, porque senão teríamos agora aqui um problema; (*ouviram-se vozes*) o líder da bancada do CDS, não só se disponibilizou para a lista como também se disponibilizou para usar da palavra em muitos comícios, (*ouviram-se vozes*) O Presidente da Assembleia interrompeu e disse: a mesa recomenda

ao Senhor Vereador que se restrinja à questão que tem de colocar e deixemos essas coisas para outro tipo de intervenção, desculpe lá, o Senhor Vereador usa da palavra no direito da defesa da sua honra, porque foi nesse aspecto que entendeu as palavras do líder parlamentar do CDS, e nessa medida... deixe-me só terminar rapidamente dizendo que: assim como lhe disse ao Zé Moura que grande parte daquilo que foi feito, ou aquilo que foi feito em Penas Roíás foi a Câmara que fez, é para lhe dizer que a Câmara sempre esteve disponível para fazer o que é necessário às Juntas de Freguesia, mas dentro da legalidade, e portanto hoje a Lei impõe protocolos, cedência de competências, por isso foi enviado e aprovado, já aqui na anterior Assembleia, uma delegação de competências, anteriormente isso não era assim, agora é, e portanto a Câmara sempre esteve disponível, não só para os cemitérios, mas normalmente não é o pedido que as Juntas de Freguesia fazem, as Juntas de Freguesia fazem outros pedidos, como seja caminhos, como seja outros trabalhos, portanto a disponibilidade da Câmara não se restringe aí a um aspecto que agora começa por levantar, que por acaso eu disse que é unicamente uma competência da Junta de Freguesia, e o que disse é: se alguma Junta de Freguesia entender que deve delegar a competência e a Câmara que a deve aceitar, sim Senhor a Câmara assumirá naturalmente as responsabilidades”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “então vou passar ao documento que o Senhor Deputado Lima apresentou, que diz: *Período antes da ordem do dia, artigo número 40, número 1, alínea d, votação, recomendação*, e depois tem aqui um preâmbulo que eu aqui considere que seria a sua intervenção, e depois mais cá para o fundo diz assim: *proposta à votação, uma recomendação, que a Câmara suporte as despesas inerentes em todo o Concelho na base dos princípios que procede em Mogadouro e que a exemplo de outros Concelhos crie Brigadas Municipais para esse fim, não discriminando ninguém*, tem todo o direito de apresentar a esta Assembleia uma proposta de recomendação à Câmara, a Câmara recebe, ou não recebe, portanto vou, e depois de todo tipo de informações complementares que já foram aqui produzidas, em termos de direitos e competências, vamos pôr então a proposta à votação. A proposta que a Câmara suporte as despesas inerentes em todo o Concelho na base dos princípios que procede em Mogadouro, e que a exemplo de outros Concelhos crie Brigadas Municipais para esse fim, não discriminando ninguém. (*ouviram-se vozes*) As propostas de recomendação são votadas, e os Senhores Deputados têm agora a possibilidade de a rejeitar, ou de a aprovar, a mesa se a recebe, tem que a submeter à votação, a Câmara não é obrigada a aceitar esta proposta de recomendação com base no direito que lhe assiste da legalidade, isso é outra coisa, a mesa recebe-a, não foi bem explicado por o Senhor Deputado Lima, porque estas coisas têm que ser feitas em separado, mas também não vamos prejudicar o direito que o

próprio regulamento lhe consigna, portanto eu vou colocar a proposta à votação, vou lê-la outra vez, (ouviram-se vozes) eu acho que já foi discutida e mais que discutida, a Câmara inclusivamente, o Senhor Deputado Urze já se pronunciou sobre este ponto, o Senhor Deputado Lima acha que ainda deve ser mais desenvolvida esta discussão? (*ouviram-se vozes*) Pronto, então vamos pôr à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Em função do resultado da votação, a mesma foi rejeitada com quarenta e dois (42) votos contra, onze (11) a favor, sendo nove (9) do PS e dois (2) do CDS, e zero (0) abstenções. A proposta de recomendação foi prejudicada. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu acho que vou pormenorizar esta intervenção no que diz respeito à situação financeira, porque na realidade, pela primeira vez neste Município, desde que eu estou aqui, gozamos de uma situação financeira verdadeiramente assinalável. E porquê? Porque temos aqui dívida em 14 de Abril de 2010, e o saldo também em 14 de Abril de 2010, e diz que a fornecedores são, vou omitir os cêntimos, são € 772.509; a empreiteiros € 761.174; a leasings €110.373; empréstimos em dívida € 7.409.866; encargos para o presente ano € 580.841, tínhamos então em caixa € 27.799, esta informação reparem bem que é de 14 de Abril de 2010 porque se fosse do dia 22 ou 23 do mesmo mês e nos fossem pagas as verbas que o estado nos deve há mais ou menos tempo, e o estado vai pagar porque é uma pessoa de bem, tem pago sempre, ficaríamos em excepcional situação financeira no meio do descalabro que a imprensa e as estatísticas nacionais nos apontam, temos a receber de participações da comunidade, diz aqui saldos, fundos comunitários a receber, porque já nos mandaram a cartinha a dizer assim: dentro de quinze dias vamos pagar, é por isso que constam aqui € 527.901, tudo que estamos a receber, incluindo estes são do projecto do centenário da morte do Trindade Coelho € 126.000, da biblioteca Trindade Coelho ainda € 159.350, do projecto do edifício da Câmara, que está em obras, já pagámos €118.435, que ainda nos devem, das estradas construídas

recentemente temos a haver € 1.624.000, dos Polidesportivos temos a haver € 142.000, da estrada 221, do Variz, e da 315, a São Pedro, temos a haver € 66.000, e da segunda € 59.000, da escola do 1º Ciclo temos a haver € 66.000, o FEF foi-nos aumentado mas ainda nos pagaram estes 4 meses que orçam em € 156.000, e o parque de exposições e feiras, já construído há uns anos chegou-nos agora a notícia de que tínhamos a receber € 450.000. Porquê? Porque na altura que foi apresentado o nosso projecto, havia coisas que não eram ilegíveis, mas como outros Municípios não utilizaram as verbas, eles ofereceram-nos em forma de compensação esses € 450.000, para não devolverem para trás, soma tudo isto € 2.966.000, o que daria para pagar todas as dívidas a fornecedores e empreiteiros no seu conjunto, o que dava € 1.533.683, daria para pagar ainda além destes os leasings, daria para pagar ainda os encargos com um empréstimo grande, no valor de € 580.841, como refere os encargos, sobrariam € 741.103, mas o saldo orçamental no valor de € 27.799, que era no dia 14, nós temos hoje em caixa € 150.000, portanto há uma diferença de € 122.100, soma tudo isto € 863.203, que nos sobraria se pagassem tudo, o que daria ainda para amortizar esta dívida de longo prazo no valor de € 7.409.866, numa percentagem de 15%, consideramos que isto é uma situação económica, financeira que é muito difícil verificar-se em qualquer ponto do país”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ sobre este assunto da correspondência da actividade do Senhor Presidente da Câmara, e dos Senhores Vereadores queria dizer o seguinte: já foi dito aqui nesta Assembleia que a informação devia ser mais personalizada, quero dizer com isto o seguinte: isto veio a propósito pelo facto do Senhor Vereador João Henriques ter tido uma reunião com o Senhor Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Doutor António Serrano, muito bem, o que eu queria que se fizesse era o seguinte, acho que isto veio à discussão da última vez quando o Senhor Vereador Pimentel e o Senhor Vereador João Henriques, no dia x estiveram presentes no Tribunal, e presentes no Tribunal podiam ter dito o processo, acho que as pessoas ficavam mais esclarecidas, e como a actividade da vereação, e principalmente do Senhor Doutor João Henriques foi muito relacionada com a Educação e com a Cultura, tenho-lhe a dizer uma coisa directamente Senhor Doutor, alguma coisa vai mal no nosso Concelho, a culpa não sei de quem é, mas perante o seu discurso, e perante aquilo que a Câmara Municipal dá às escolas disponibilizando-lhe todas as condições, dando-lhe todas as condições, e estarmos no último lugar do ranking nacional, alguma coisa vai mal”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente permita-me que comece por uma pequena brincadeira, se me é permitido para dizer o seguinte, da sua última intervenção eu faria aqui uma afirmação deste tipo, a Câmara faz obra e por essa via recebe dinheiro para pagar as suas

dívidas. As dívidas do quê? Se faz a obra e se lhe pagam para fazer essa obra não devia ter dívidas, não é? (*Risos*) -----

-----Sobre este ponto gostaria de fazer referência a dois assuntos, primeiro, no dia 8 de Março o Senhor Presidente teve uma audiência com a Senhora Ministra do Ordenamento do Território, em que o assunto se relacionava com o pedido de desafecção do Município relativamente à empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na sequência de tal reunião eu solicitava à Câmara Municipal informação detalhada sobre os resultados de tal audiência, dessa audiência, bem como sobre o ponto da situação da relação entre o Município de Mogadouro e a empresa Águas de Trás-os-Montes, eu recordo a Assembleia que faz tempo, e sobre proposta do Executivo, anterior, é certo, mas este é um Executivo de continuidade, a Assembleia aprovou, é certo, a saída do Município de Mogadouro da empresa Águas de Trás-os-Montes, este assunto já é recorrente, inclusive, já é recorrente aqui, ora uma deliberação tomada numa data anterior continua por cumprir, em total desrespeito por este órgão deliberativo, agradecia que fosse dada alguma informação sobre esta matéria.-----

----- Um segundo aspecto sobre a actividade do Município, em concreto do Senhor Presidente da Câmara, também, diz respeito ao dia 16 de Março, em que o Senhor Presidente participou na reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural do Douro Internacional, ora há bem pouco tempo atrás, e a propósito do Parque Natural de Montesinho, a imprensa regional fazia eco das preocupações dos Presidentes da Junta de Freguesia relativamente à quantidade de imposições que o ICNB colocava aos habitantes de áreas protegidas, e essa imprensa transcrevia informações deste tipo, *a única coisa que os Parques Naturais sabem fazer é cobrar taxas, pagam-se taxas por tudo e por nada, algumas podendo atingir milhares de euros, e acrescentava é o início do fim das populações das aldeias*, bem, a ser verdade o que dizem sobre a aplicação da portaria 138-A/2010 de 4 de Março, é mesmo o fim das populações das aldeias, ora na sequência dessa reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural do Douro Internacional pedia ao Senhor Presidente que (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... área de influência do Parque Natural do Douro Internacional, ou seja no nosso Concelho mais em concreto, se há alguma manifestação de desagrado por parte dos habitantes e dos seus representantes, e também já que se trata de um Conselho Estratégico do qual o Município faz parte, ou integra, o Senhor Presidente poderia também informar esta Assembleia sobre o pensamento estratégico do próprio Conselho, que é estratégico sobre esta matéria”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ora bem respondendo ao Deputado Altino devo dizer-lhe que já a meio do mandato anterior o Deputado Albino pôs aqui a hipótese de se fazer um relatório sobre cada reunião, acho bem, quero é chamar a atenção para o número de

reuniões que hoje para reter qualquer coisa que se assemelhe com produtos vindos da CEE é preciso ir a elas, portanto veja aqui 17 do Vereador Pimentel, mais do Vereador João Henriques, perfaz 33, mais as minhas, não é possível fazer relatórios, o que é preciso é de facto chegar aqui como o Deputado Tibério e dizer assim, diga-me lá o que é isto, e então a gente aproveita e diz, (*ouviram-se vozes*), exactamente, às vezes, então querias que fosse sempre? Tu estás sempre presente? Não, não estás, o às vezes é contra os outros, quando o às vezes é contra ti, chutas. -----

-----Deputado Tibério faz-me aqui a pergunta, desculpe quando falou, eu dar dali uma gargalhada, porque o Deputado Tibério disse que era brincadeira, senão não me tinha rido, tinha-me mantido sério, senão fosse brincadeira, mas como era brincadeira, as dívidas são as dívidas, porque há algumas destas obras que são comparticipadas a 80, agora passou a 80, mas era a 70, a 65, e a gente tem que pagar o resto, pois, e isso tem uma particularidade, é que esses empréstimos não contam muito para o endividamento, a Câmara tem que pagar, mas não contam para o endividamento propriamente dito, agora no dia 8 de Março estive a falar com a Senhora Ministra, e é verdade que aqui a Assembleia determinou que saísse das Águas de Portugal, o Presidente da Câmara assumiu essa responsabilidade de desencadear o processo, e também é verdade que andamos há oito anos a desencadear o processo, e também é verdade que o Ministro anterior do Ordenamento esteve sete meses para nos receber, depois quando nos recebeu chutou-nos, e depois mandou-nos ir ao IRAR, que nos chutou novamente; tenho o prazer de informar que apresentado todo o relatório, mais o desenvolvimento estratégico das águas em Mogadouro, a esta Ministra, ela nos declarou que tínhamos capacidade para gerir as nossas águas, é isso que se impõe, capacidade para gerir as nossas águas, e que vai fazer um relatório, e nos vai dar uma resposta, isso passou-se em 8 de Março, vai lá mês e meio, não achamos tempo demais, porque isto tem que ter parecer, e no fim vamos ver se conseguimos sair, ou não conseguimos sair, aliás a minha opinião pessoal é que se o Ministério não nos deixar sair das Águas de Portugal, dada a nossa capacidade de resolver o problema na totalidade das águas no Concelho de Mogadouro, principalmente depois da assinatura do protocolo com a EDP, é que vamos para Tribunal se não pudermos sair das Águas de Portugal, porque eu considero isto um suicídio, principalmente para a nossa economia, portanto e foi isto, aguardamos a resposta da Senhora Ministra. -----

-----Em 16 de Março reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural do Douro Internacional, a penúltima vez que vimos os Directores foi há cerca de um ano, há um ano disseram-nos assim: Mogadouro está interessado em fazer em Bemposta uma porta do Douro? Estamos sim senhor. O que precisam para fazer isso? Precisamos que nos ceda uma sede para o parque, está cedida. Então fica assim? Fica assim, e depois passados

quinze dias recebemos da Direcção do Parque a dizer assim: bom, a sede que nós queremos é o antigo BPSM, mas não queremos que nos ceda temporariamente para sede, queremos que nos dê o edifício, e eu disse-lhe: não damos nada, damos-lhe outro edifício para sede, ficam instalados gratuitamente, se quiserem fazê-la em Mogadouro, fazem, se quiserem fazê-la em Bemposta, fazem, têm lá a escola; passado um ano, portanto agora, vieram em 16 de Março fazer uma reunião do Conselho onde constava o Presidente da Câmara, mais Presidentes da Junta, mais isto, mais aquilo, para exclusivamente eleger o Presidente do Conselho Estratégico do Parque, pronto foi eleito, agora depois de estar eleito ainda não nos foi comunicado o aval, quando nos for, tomaremos conta dessa situação, foi eleito o Presidente da Câmara de Mogadouro para presidir ao Conselho Estratégico, foi tudo isto que se passou nessa situação”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente de facto não queria relatório, vou-lhe dar só um exemplo: reunião com a Senhora Ministra do Ambiente Dulce Pássaro – Desafecção das Águas de Portugal, para mim não é preciso mais nada, já sei de facto que o assunto foi Desafecção das Águas de Portugal, quando um Deputado vai falar com o Ministro, ou com alguém leva um assunto, normalmente um assunto a discutir, não leva outros, agora, por exemplo, reunião com o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural das Pescas, Doutor António Serrano, assunto, por exemplo, pode ser Quintinha da Avó, por exemplo, já não precisava mais nada”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ eu, como sabem não gosto muito de repisar assuntos, só para dizer, Senhor Presidente, se a Câmara acha que tem capacidade para gerir as águas, está no seu direito de achar, mas se assim é que não saiam da empresa Águas de Trás-os-Montes, a Câmara não é soberana para decidir? (*ouviram-se vozes*) A Câmara precisa da autorização do Ministério para sair das Águas de Trás-os-Montes? Estou a perguntar. Mas porque é que nós aprovámos uma determinação para sair, que foi aqui aprovada para sairmos, e agora é preciso autorização do Ministério? Então primeiro peçam autorização ao Ministério, e depois quando o Ministério der autorização, nós aprovamos a saída”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ Deputado Luis Tibério quem dera que a Câmara fosse soberana para resolver esse problema, há um contrato assinado desde há nove anos, e é preciso desmantelar, e só o Ministro é que pode dar autorização para sair das Águas de Portugal, dar autorização quer dizer fazer este problema sem lesar princípios, agora evidentemente que a gente diz assim: pode depois não concordar, porque eles nunca deram uma resposta, eles nunca disseram: não pode, pelo contrário, estamos a aguardar talvez dentro de um mês que as Águas de Trás-os-Montes digam assim..., fizeram-nos um ofício há dois meses e meio a dizer assim: os Senhores nunca pagaram, se

não pagam dentro de noventa dias não sei o que é que acontece, accionaremos não sei o quê, quem me dera que accionassem e dissessem: não pagas vais-te embora, isso é que era óptimo, mas entretanto nós temos que dialogar, temos que ir à Ministra, temos que levar isto da melhor maneira, porque ter capacidade significa ter água, ser capaz de a distribuir, ser capaz de a analisar, e ter dinheiro para implementar esse sistema, e nós temos água, do lado poente temos a água de Bastelos, do lado nascente temos a água do Douro, temos depois a adução até ao depósito João Garrido, dali até Brunhosinho, que a EDP vai fazer o compromisso do seu protocolo, e depois dá-nos para fazer dali para a frente 750 mil euros, esse dinheiro, com o que a Câmara dispõe pode ser responsável por isto, por outro lado temos um laboratório que agora foi certificado a nível europeu, que é o laboratório das Águas de Trás-os-Montes de Mirandela, vamos fazer-lhe uma visita, quem quiser está convidado para fazer uma visita na próxima semana, ou na outra semana que entra, estamos à espera que o Engenheiro Pinto marque essa visita, precisamente para nos mostrar a categoria daquele laboratório, o que nos permite apresentar análises a curto prazo, e ter alguém à nossa disposição responsável por as águas, de maneira que a situação é esta, agora se nós tivéssemos capacidade para dizer assim: meus amigos, vamos embora? Já tínhamos ido”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no ponto **2.2** *Análise e deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2009”*. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “por obrigação legal, compete ao Executivo na pessoa do Presidente da Câmara e no cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar um Relatório de Gestão para dar conhecimento à Assembleia Municipal permitindo-lhe o controle político e a apreciação da qualidade da gerência e dos resultados obtidos. Este relatório será após discussão e aprovação pela Assembleia Municipal enviado ao Tribunal de Contas para controlo jurisdicional e aos órgãos da tutela da Administração Pública Central para controlo administrativo de verificação de legalidade. O orçamento foi de € 25.023.473,34. A receita cobrada foi de € 14.401.873,06, o que representa 57,55%. Comparativamente ao ano de 2008 registou-se um acréscimo de € 1.904.565,31 e querem saber de onde veio este valor. Veio cerca de € 1.500.000,00 de overbooking e os restantes € 70.000,00 de impostos municipais e aumento dos FEF`s. Analisando, ponto por ponto, a gerência do Executivo, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009 e, tomando como base de comparação o ano de 2008, verificámos que: -----

Receitas Correntes: Houve um crescimento de €27.787,02 em relação a 2008, o que representa uma execução de 83,6%. -----

-----Em 2009 obtivemos receitas correntes no valor de € 8.111.146,46 e em

2008 de € 8.083.359,44, o que se traduz num aumento de € 27.787,02, como já disse. Aumentámos a receita, nos impostos directos em € 71.672,55 e nos indirectos € 3.371,87. No rendimento de propriedades (vindas da EDP) diminuámos € 101.075,91, o que está relacionado com o pagamento da última prestação que devia ter ocorrido em Dezembro de 2009, e só foi paga em Janeiro de 2010, no valor de cerca de € 112.000. Aumentámos nas transferências correntes € 174.428,25 (o que se deve ao aumento dos FEF's). -----

-----Receitas de Capital: As receitas de capital aumentaram cerca de € 1.884.281,60 o que está relacionado com uma operação de overbooking do III Quadro Comunitário de Apoio. -----

Despesas Correntes: Nesta rubrica observámos um aumento global das despesas no valor de € 547.777,00 que resultou essencialmente do aumento da aquisição de bens e serviços relacionados com transportes escolares, resíduos sólidos. -----

-----Despesas de Capital: Aumentaram as despesas de capital no valor de € 1.342.461,19, o que está relacionado com o aumento das receitas provenientes dos fundos comunitários com relevo para as verbas de overbooking. -----

-----Transferências de Capital: As transferências de capital aumentaram € 42.951,41 o que resulta essencialmente do maior valor transferido para as Juntas de Freguesia em cerca de € 84.000,00, através de protocolos. Dado que é sempre controverso o acto de transferências de verbas para Juntas de Freguesia, chamo a atenção no Relatório Especificado, na rubrica “Transferências de Capital Despesas” para o valor das transferências e para as Juntas receptoras. Foram transferidos para as cinco Juntas do PS (Bruçó, Castelo Branco, Sanhoane, Vale de Porco e Meirinhos) € 106.975,00, ou seja 46%, e para cinco Juntas do PSD (Brunhoso, Peredo da Bemposta, Bemposta, Tó, Urrós e Valverde) € 120.736,00, ou seja 54%. Se atendermos à proporcionalidade do número de Juntas, 19 do PSD, nos primeiros nove meses do ano, e 24 nos últimos 3 meses do ano e do PS 9 nos primeiros nove meses do ano e 4 nos últimos 3 meses do ano, verificámos (grosso modo uma percentagem de Juntas do PS de menos 30% e PSD mais de 60%. cremos não haver prejuízo para as Juntas do PS. ---

-----Participações Comunitárias: Tivemos um aumento de cerca de 200% o que corresponde a cerca de € 1.200.000. -----

-----Dívidas a Terceiros: O montante global de dívidas a terceiros representa uma diminuição superior a € 350.000,00, isto é, a dívida de curto prazo, a fornecedores e empreiteiros era no final de 2008 de € 1.822.157,00 e no final de 2009 de apenas €1.466.622,66. -----

-----Quanto à dívida de médio e longo prazo relacionada com empréstimos bancários regista também uma diminuição em relação ao ano anterior totalizando € 7.616.274,27. Isto apesar de termos durante o ano

utilizado o valor de € 557.950,62 do empréstimo. Aliás parte deste empréstimo ainda não foi utilizado porque está cativo, reservado, para pagar a parte não participada da Escola do 1.º Ciclo, em construção. A dívida com contratos de locação financeira era no final do ano de € 120.531,44 (leasing ao Banco Pinto e Sotto Mayor) o que diminuiu também em relação ao ano anterior, em cerca de € 29.000,00. -----

-----Quanto à capacidade de endividamento: Endividamento de curto prazo é na prática igual a zero, tendo nós capacidade de recorrer a empréstimos nesta alínea no máximo. Quer dizer que sendo o endividamento de curto prazo de 10% do endividamento de médio e longo prazo, podemos recorrer a empréstimos no valor de € 970.691,41. -----

-----Endividamento de médio e longo prazo: Temos uma capacidade máxima de endividamento de € 9.706.994,08. Como estamos excepcionados em € 3.123.461,70 (o que está relacionado com empréstimos para cobrir valores não participados em projectos apresentados à comunidade europeia), e devemos € 7.616.274,27, retirando-lhe os € 3.123.461,70 das não participações ficam com € 4.492.812,57 a contar para o endividamento o quer dizer que utilizámos apenas 46,28% da nossa capacidade de endividamento. Logo temos ainda capacidade para contratar empréstimos no valor de € 5.214.181,58 para obras não participadas.-----

-----Estamos muito satisfeitos com a saúde financeira do Município porquanto constatámos que a totalidade da dívida em 31 de Dezembro de 2009, incluindo empréstimos, leasings e dívidas a fornecedores é possível pagá-las em menos de um ano com o valor dos fundos Municipais a que o Município tem direito e isto apesar de muitos empréstimos acabarem no fim de muitos anos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “da análise dos documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2009 verifica-se que a receita total atingiu €14.408.000,00, sendo € 8.111.146,46 de Receitas Correntes e € 6.297.140,00 de Receitas de Capital, enquanto que a Despesa Global foi de € 14.380.500,00, dividido em Despesas Correntes no valor de € 8.005.543,00, e Despesas de Capital no valor de € 6.374.917,00, se compararmos as Receitas de Capital de 2009 com as de 2008 constata-se que as mesmas tiveram um crescimento de € 1.884.282,00, isto é, cresceram mais 43%, enquanto que as Despesas de Capital cresceram € 1.342.462,00, mais 27%, existe aqui uma nítida opção pelas Despesas Correntes em detrimento das Despesas de Capital, isto é, do Investimento, seria lógico se as Receitas de Capital tiveram uma evolução positiva de € 1.884.000,00, as Despesas de Investimento deveriam ter a mesma evolução em valores idênticos, mas isso não aconteceu, privilegiou-se a Despesa Corrente já com um crescimento de 42% da Receita de Capital, a Despesa de Capital somente teve um crescimento de 27% . -----

-----Da execução do Orçamento da Receita, e da sua desagregação notamos que a componente das transferências da Administração Central ao abrigo da Lei das Finanças Locais representam 69% da **(fim da gravação na presente faixa da banda magnética)** ...e os Fundos Comunitários 11,7%, continuando a depender em grande percentagem das transferências da Administração Central. -----

-----As Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia continuam a não ser cumpridas, dos € 400.000,00 inscritos no Orçamento apenas € 227.000,00 foram transferidos, sendo contempladas somente onze Freguesias, não há equidade na sua distribuição, não se sabe quais os critérios que levaram a que algumas Freguesias fossem contempladas e outras não, é tempo de parar, de pôr fim à desconsideração com que as Juntas de Freguesia são tratadas. -----

-----Senhores Deputados Municipais o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos continua a ser muito baixo, dos € 13.503.122,00 previstos, foram realizados € 5.394.679,00, menos de metade, ou seja, apenas 40%, o que ficou por realizar é superior ao que foi realizado, isto é, ficou por realizar € 8.108.443,00, muito superior àquilo que foi executado, e isto foi proposto pelos Senhores a esta Assembleia, portanto 60% daquilo que propuseram, não executaram. -----

-----Dado que a execução do Plano Plurianual de Investimentos é bastante baixa, não se respeitou as Juntas de Freguesia, não transferindo a totalidade das Transferências de Capital para as Freguesias, o nosso voto não pode ser favorável, pelo quer nos iremos abster Senhor Presidente”.

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “antes de passar à apreciação do relatório de contas, e fazendo vontade ao meu amigo José Maria, permita-me que faça uma pequena introdução, como chamou há bocado de retórica, se assim a considerar. A sessão relativa à apreciação e deliberação sobre o Orçamento e Plano de Actividades, e a sessão correspondente de apreciação e votação do Relatório de Plano de Gestão e de mais documentos da Prestação de Contas são do ponto de vista formal as sessões ordinárias anuais mais importantes na vida de qualquer órgão deliberativo, tal sucede também no que respeita à Assembleia Municipal de Mogadouro, lamentavelmente tal importância formal não tem tradução efectiva, tangível, prática na vida da Assembleia, e conseqüentemente no dia-a-dia dos Municípios, assenta esta minha opinião em vários factores que sintetizaria desta maneira, primeira, a complexidade da documentação respectiva, quer a documentação relativa ao Orçamento e Plano de Actividades, quer os documentos da Prestação de Contas, são documentos minimamente complexos, que quer se queira, quer não, não estão ao alcance analítico e fiscalizador por parte de grande parte dos membros desta Assembleia, a grande maioria dos membros desta casa não é especialista em economia, em finanças, ou contabilidade, nem tem que sê-

lo, um segundo aspecto, diz respeito à assimetria de informação, os membros da Assembleia exercem o seu cargo em part-time, em muito part-time, acrescentaria, nestas circunstâncias estão em pé de desigualdade relativamente ao Órgão Executivo que exerce as suas funções em full-time, em muito full-time, diria eu, portanto bastaria para explicar a assimetria de informação entre os Órgão Executivo e Deliberativo, acresce que a Assembleia se vê ainda confrontada com a necessidade de apreciar e votar quantidade apreciável de informação com o tempo reduzido para análise prévia, desta forma fica prejudicado o poder fiscalizador da Assembleia; um terceiro aspecto, tem a ver com a própria representatividade dos diferentes grupos parlamentares, o poder fiscalizador da Assembleia também fica prejudicado graças à relação de forças, e à maioria absoluta em vigor, basta atender num recente exemplo sobre a discussão do protocolo regulador entre Câmara e Freguesias para se perceber que nem sempre as opiniões emitidas se traduzem em votação consequente, mas sobre isto nada a fazer, o povo foi soberano, tudo isto não nos pode mover contudo, de tentar cumprir o melhor que podemos e sabemos, o dever de fiscalização que a cada um de nós compete, a partir do momento em que aceitámos integrar as listas candidatas à Assembleia Municipal; terminava este ponto prévio, com uma sugestão, sugeria à Mesa da Assembleia, se for possível, que no caso das sucessões relativas à apreciação e votação do Orçamento e Relatório de Gestão e Prestação de Contas, fizesse o esforço de enviar a esta Assembleia a documentação o mais atempadamente possível, só assim será possível discutir, melhorar o desempenho do colectivo, que embora seja sempre superior ao somatório do desempenho individual, começa inevitavelmente na maior disponibilidade de cada um de nós, bem se isto fosse possível, agradecia. -----

-----Passo agora à apreciação em concreto do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2009, da leitura do relatório global de gestão de 2009, e da apreciação de outros documentos da Prestação de Contas relativas ao ano financeiro passado, mas também de anos anteriores, uma primeira observação que se me oferece dizer, o realizado fica sistematicamente aquém do projectado, ou seja aquilo que é previsto em Orçamento e Plano de Actividades no início do exercício, nunca coincide com aquilo que nos é dado à apreciar no final do mesmo exercício, ou seja no momento de prestar contas, e a diferença é significativa, já foi referida aqui pelo colega de bancada, chefe de bancada, quer isto dizer que no momento de prestar contas, de apresentar os resultados da sua actividade, os resultados da sua gestão, o Executivo reprova sempre, de tanto reprovar, qualquer aluno já tinha sido impedido de continuar, tal facto pode ter uma de três opções, a primeira, a incapacidade crónica do Executivo em fazer previsões, e em planear adequadamente a sua actividade, ou a actividade do Município; a segunda, a teimosa, fraca capacidade concretizadora e de realização desta

equipa; a terceira, ambas as situações anteriores, voto na terceira opção. ----
-----Segundo aspecto que se me oferece dizer relativamente ao Relatório de Contas, a propósito de gestão autárquica ouvimos com frequência a seguinte afirmação: *oh este ano, é ano de eleições*, querera dizer alguma coisa isto, querera esta exclamação dizer que os Executivos Municipais terão uma prática eleitoralista da sua gestão em ano eleitoral, pois bem, atentemos no que está escrito na página 6 do Relatório de Gestão elaborado pelo Executivo, diz assim: *no que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos a percentagem de execução foi de 39,95%*, notem bem cerca de 40%, o que atesta bem da capacidade realizadora do Executivo, digo eu, e acrescento, estes 39,95% dizem respeito a um montante de 5.7 milhões de euros, e acrescenta a Câmara, *que contraria a tendência dos últimos dois anos, em que o valor baixou. Também a percentagem de execução foi muito superior à do ano anterior*, apesar de tudo, digo eu, ora aqui está o retrato daquilo que foi em todo o seu esplendor a gestão eleitoralista deste Executivo ao longo do exercício de 2009, quando comparado com exercícios anteriores, mas não é só, este retrato de gestão eleitoralista está bem expressa na análise feita pelo Vereador Fernando Bártolo, que peço autorização para citar, diz o Fernando Bártolo, atentem bem: Receitas Correntes aumentaram 0,35%, Despesas Correntes aumentaram 6,84%, conclusão, gastou-se o que não se tinha, não temos receita mas gastámos as despesas correntes, outra constatação, ainda do Fernando Bártolo, as Receitas de Capital aumentaram 29, 5%, Despesas de Capital aumentaram 27,6%, conclusão, parte do aumento das Receitas de Capital foi consumido em Despesas Correntes, em vez de em Despesas de Capital, ou seja investimento; Dívidas a terceiros, a médio e longo prazo diminuíram 1,6%; Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa aumentaram 19%, conclusão, não cobrando as dívidas sempre se ganha mais uns votos dos devedores, Dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram 21,7%, conclusão, em ano eleitoral há que pagar aos credores, sempre se conseguem mais uns votitos. Senhor Presidente, Senhores Deputados, termino esta pequena reflexão com mais duas constatações, o exercício regista um estado líquido negativo de quase 1.4 milhões de euros, o que equivale a 10% da receita, a dívida total do Município é de cerca de 9 milhões e 726 mil euros, representando 67,6% de receita anual, e muito próximo do limite de endividamento permitido, é este em breves palavras, o retrato da gestão, como tal não merece aprovação, sigo em direcção de abstenção”.

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “os documentos que aqui estamos a analisar referentes ao ano económico-financeiro findo, traduzem uma gestão e uma execução credível, séria, responsável, e um profundo conhecimento das necessidades dos Municípios e do Concelho, foi cumprida a legalidade, a dívida com empréstimos a longo e médio prazo continuam muito aquém dos valores máximos que a Lei determina, a

despesa com pessoal também ficou muito longe para menos dos valores máximos que a Lei determina, as Receitas Correntes cobriram as Despesas inerentes ao seu conteúdo próprio, nas demais despesas houve critério de gastos, contenção no investimento, visto também já não ser preciso gastar tanto por a maioria das obras que o Concelho necessitava já estarem feitas, ou em andamento, no que se refere às tão faladas Transferências de Capital para as Freguesias é facto que algumas ficaram a zero, no entanto não posso deixar de salientar depois de consultadas as actas da Câmara Municipal, que nos são enviadas pelo Senhor Presidente da Assembleia, que em todas elas, ou em quase todas elas se aprovam obras a levar a efeito nas aldeias do Concelho, feitas por administração directa da Câmara, com materiais a saírem do armazém e com o respectivo pessoal da Câmara, embora as actas digam respeito às reuniões do corrente ano de 2010 depreendo pelo seguimento de raciocínio que o que consta nas actas do corrente ano, terá constado em deliberações similares no ano que estamos a analisar, e depois há muito mais apoios, máquinas e viaturas, materiais, pessoal técnico e operário, etc., etc., mas também não poderei deixar de me congratular pela decisão para o corrente ano, ao ser transferido através de protocolo para todas as Freguesias, sem excepção, valores que são especialmente afectados à limpeza das aldeias; quem leu com um bocadinho de atenção o relatório anexo (?) e depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, não precisa de mais explicações, pois tudo está muito bem referenciado; Mogadouro e o Concelho são hoje aglomerados diferentes, mais desenvolvidos, e com a cara lavada, pena é que a nossa população mais jovem não se fixe nestas zonas, cabe à Câmara apoiar e implementar políticas para esse fim, portanto Senhor Presidente da Câmara congratulo-me com a visão, dinamismo, e o conhecimento que V. Exa. e a sua equipa tem do Concelho, pois em meu entender, o ano económico e financeiro de 2009 foi ano que merece a cereja no topo do bolo, visto mesmo ser o último de um mandato em que realmente o Concelho se desenvolveu, se valorizou. Como Mogadourense que sou, por via de nascimento, tenho orgulho em pertencer a este órgão, e congratulo-me também por ter chegado em força o tempo para apoiar a área social”. ---

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “ o assunto que aqui temos em mãos é a discussão sobre a prestação de contas de 2009, veio a Câmara apresentar os documentos que sustentam essa Prestação de Contas do exercício da gestão feita, e o que está em causa é avaliar aqui a Assembleia Municipal, se no exercício desta competência estamos perante uma má gestão, se estamos perante uma gestão eficaz, se estamos, ou não perante uma gestão racional, é isto que está em causa, já aqui foi dito pelos oradores que intervieram antes desta minha vinda aqui enredando-se à volta dos valores na formalidade dos valores percentuais que são a realidade dos números apresentados, foi por aí que de facto deixaram a mensagem de que

a gestão não terá sido assim tão eficaz como isso, também não disseram que foi uma má gestão, e aquilo que foi dito, pelo menos por alguns Deputados, nomeadamente por o líder da bancada parlamentar do PS é que não iriam votar contra, e iriam abster-se, assim sendo é porque consideram que de facto tem algumas dúvidas, mas não consideram que a gestão terá sido uma má gestão, de qualquer das formas também estamos habituados e basta ler as actas dos anos anteriores ao apontamento, à apresentação sempre dos mesmos argumentos, sempre baseados nos tais números porque há pessoas que de facto têm competências para os ler de uma forma que outros não têm, e a questão que eu levanto é esta, ao apontar como sempre têm apontado, com certeza, baseados na tal realidade dos números, de que há um empolamento da orçamentação, há um empolamento dos números, que depois se traduz numa incapacidade para..., eu pergunto: é, ou não é legítimo ter expectativas positivas no sentido daquilo que traduz uma intenção, de fazer, de concretizar, e o que é facto é que as obras estão à mostra, os trabalhos estão à vista de todos, as condições físicas, sociais, culturais, do nosso Concelho têm vindo a melhorar, e isto com certeza pela forma racional e baseada numa boa gestão que tem sido feita dos gastos e das receitas que temos vindo a utilizar na execução desses trabalhos, como digo é legítimo ter essas expectativas porque só com expectativas e propostas que traduzem vontades, se podem de facto concretizar obras e avançar, e digo uma vez mais, que já foi dito aqui nesta Assembleia Municipal por mim, baseando-me um pouco na filosofia dos fenomenologistas o importante é a intenção, e é pela intenção e pelo sonho que nós temos de ir, uma coisa é certa apesar da apresentação reiterada nesta Assembleia Municipal desta fragilidade no empolamento da orçamentação há relativamente pouco tempo houve eleições autárquicas e os resultados no Concelho de Mogadouro não deixam dúvidas, o resultado foi claro, uma aprovação inequívoca do programa eleitoral do PSD, do trabalho feito por esta equipa municipal, uma aprovação inequívoca do exercício de gestão autárquica uma vez que a equipa apresentada a sufrágio é praticamente a mesma, e como sabem o povo tem sempre razão, e deu, e dá razão ao trabalho que tem vindo a ser feito, e desenvolvido por este Executivo, eleito nas listas do PSD. Gostaria agora de pegar nas palavras do Deputado Tibério para dizer o seguinte: quando refere que as propostas de actividades, e a respectiva concretização não vai ao encontro das necessidades e expectativas das populações, não foram bem estas as palavras utilizadas mas penso que a ideia será esta, se não for assim corrija-me, à la long, aquilo que eu posso dizer é aquilo que o Deputado Tibério está a considerar que os habitantes do Concelho de Mogadouro, e os seus habitantes, a crer no que afirmou, não votariam com certeza nas listas e no programa apresentado pelo PSD; os resultados das eleições não deixaram dúvida, o que significa que de facto tem havido uma gestão cuidadosa,

racional do exercício que tem que ser feito, e que virá a ser feito, por isso nós aprovamos inequivocamente esta proposta de apresentação de contas, que é hoje aqui trazida”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Deputado Moreno Despesas Correntes..., isso foi o aumento dos lixos, o aumento dos transportes escolares, porque no pessoal até diminuámos 3 ou 4 mil euros, porque estamos a utilizar pessoal normalmente vindo do Centro de Emprego; quanto às Juntas elas não são 11, são 10, as que foram contempladas, (*ouviram-se vozes*) nós o dinheiro que distribuámos pelas Juntas e isso tudo, como já sabe, o resto era muito duvidoso e ilegal, e então é por protocolos, quem pedir protocolos eles são feitos, quem os não pede não vamos atrás deles para fazer os protocolos, a não ser que haja grande necessidade; 60% do que propuseram não foi realizado, eu já lhe disse isso várias vezes, não foi, nem é enquanto eu estiver aqui (*ouviram-se vozes*) isto até é bom porque dá-lhes sempre oportunidade de discutir o problema. -----

-----Quanto ao Doutor Tibério faz aqui uma série de afirmações, devo-lhe dizer uma coisa, eu entendo que de facto a Assembleia deve apresentar estes documentos atempadamente, quanto possível, é óptimo para o Senhor poder estudar, porque se os apresentasse dois meses antes, eu não sei o que seria, vinham para aqui escarpelizados de uma maneira que eu nem faço ideia, mas isso era assim que devia ser; e sabe porque é que devia ser? No meu entendimento uma das minhas grandes aspirações é que a população de Mogadouro leia esta acta onde o Senhor faz estas afirmações, porque ao ler esta acta ele vai olhar assim de volta para as Freguesias, para Mogadouro, e tudo, e vai dizer assim: este gestor é do piorio que há, quem fez estas obras? Não sei, gere-se mal, têm-se as contas em dia, fazem-se obras nas Freguesias e na vila, e o gestor está reduzido a zero, muito obrigado, mas olhe que eu vou publicar a acta, agora há aqui muitas obras por administração directa que entram nas Despesas Correntes, e isso tem que ser contabilizado, as obras que entram nas Despesas Correntes têm que ser contabilizadas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ vamos proceder à votação do ponto **2.2 *Análise e deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2009”***”. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O ponto 2.2 foi aprovado por maioria, com quarenta e um (41) votos a favor, onze (11) abstenções e zero (0) votos contra. -----

-----É uma da tarde, eu pergunto à Assembleia se quer continuar os trabalhos, ou interromper os trabalhos? (*ouviram-se vozes*), eu não quero ficar com o ónus, uns querem continuar, nós temos, nove pontos ainda para discutir, desculpem, eu vou pôr à votação, porque da decisão da mesa há sempre recurso para a Assembleia (*o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD interrompeu e disse: eu proponho que dada a quantidade de pontos que temos em agenda, que estaremos aqui até muito tarde para conseguirmos realizar tudo isto, que o melhor seria interromper, é apenas uma proposta*) temos a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, queríamos ouvir a outra parte, (*ouviram-se vozes*) concorda em absoluto? Então vamos a interromper e encontramos aqui impreterivelmente às duas horas e quinze minutos”. -----

II PARTE

(sem suporte magnético) -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “... ora muito bem, trata-se de uma modificação ao orçamento de receita, e isto que aqui está é tão simples quanto isso, são mudanças obrigatórias introduzidas pela DGAL que obrigam a que se faça esta operação, o caso de sete euros que tem que se reforçar porque diz respeito a pagamentos não abatidos nos pagamentos no ano passado, têm que transitar de ano, e se somarem no que diz inscrições e reforços 3 mil, mais mil euros, portanto vão ver com os sete euros que dá os 4 mil e sete que diz nas diminuições, isto são imposições exclusivamente do POCAL, também imposições da DGAL, e a modificação ao orçamento da receita tem a ver tão-somente quanto isto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “sobre este ponto, alguém quer fazer alguma intervenção? Não havendo vou colocar à votação. (*o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do CDS interrompeu e disse: Senhor Presidente chamava a atenção que tenho dois elementos que ainda não chegaram, não poderá abrir um período de espera*) Não, porque há quórum, a partir do momento em que há quórum este órgão tem plenas condições para funcionar, continuando vou pôr à votação o ponto **2.3 Análise e deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2010”**-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O ponto 2.3 foi aprovado por uma maioria expressiva, com quarenta e um (41) votos a favor, uma (1) abstenção do CDS e zero (0) votos contra. ----

-----Vamos passar ao ponto **2.4 *Análise e deliberação sobre “Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Bemposta, mediante a celebração de Protocolo com vista à Gestão do Pavilhão Desportivo de Bemposta e Zona Envolvente”***. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “em relação a este ponto tem na sua génese um acto de gestão, um acto de gestão que visa sobretudo otimizar recursos, a Câmara Municipal, tinha em tempos, criado uma equipa de limpeza e manutenção constituída por duas Senhoras que semanalmente tinham por incumbência deslocar-se a Bemposta e também ao cais fluvial fazer a respectiva limpeza, onde implicava deslocação de viatura, combustível, e um dia que as Senhoras tinham que perder, acontece e como é do vosso conhecimento, que na zona envolvente do pavilhão foi criada uma zona de ajardinamento, com uns metros largos de arrelvamento, digamos um arranjo urbanístico com arrelvamento e ajardinamento, perante esta situação e mediante proposta da Junta de Freguesia de Bemposta também, entendemos que deveria, e se justificaria passar a gestão do pavilhão para a Junta de Freguesia de Bemposta, é evidente que tivemos que para isso aprovar em reunião de Câmara uma delegação de competências, e ao mesmo tempo acompanha-la de uma dotação financeira, a dotação financeira prevista é de quinhentos euros, mas responsabiliza a Junta de Freguesia, não só pela manutenção e gestão do pavilhão, mas também da manutenção do recinto exterior, pensamos que é um acto correcto, um acto que se impunha, e que só beneficiará efectivamente as gentes de Bemposta, nessa medida propomos que esta Assembleia aprove esta delegação de competências com a respectiva também transferência financeira para equilibrar, digamos, o orçamento, ou para não desequilibrarmos, melhor dito, o orçamento da Junta de Freguesia”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “eu acho que sendo este um assunto de Bemposta, e eu como representante de uma outra Freguesia acho que não tenho de facto nada a pronunciar-me sobre..., acho que é uma relação entre a Junta de Bemposta e a Câmara Municipal, e como Vale de Porco não é envolvido nesta questão eu vou-me abster”. ----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “o assunto que aqui me traz é um pedido de um protocolo para gestão do pavilhão desportivo de Bemposta e da zona envolvente. Visa sobretudo o quê? Visa acima de tudo maximizar e melhorar a prestação de serviços quer o que o pavilhão pode dar à população de Bemposta, não só de Bemposta, mas de outras Freguesias, porque tem sido também utilizado por pessoas de outras Freguesias, eu tenho visto pessoal de outras aldeias que vão lá jogar a bola às noites, constituem equipas e vão lá, e penso que não tem sido negado a

ninguém, isto é o que eu tenho constatado do tempo que levo à frente da Junta de Bemposta, muita gente me tem abordado a solicitar o pavilhão, acontece que nós não temos capacidade para decidir sobre o pavilhão, o pavilhão é da Câmara, e tenho encaminhado as pessoas para a Câmara para fazer essas solicitações, é meu entendimento que se for a Junta a gerir o pavilhão pode haver um melhor aproveitamento do pavilhão, bem como um melhor acompanhamento do estado, e da manutenção do pavilhão, far-se-á um acompanhamento mais permanente e estaremos mais em cima dos acontecimentos que lá decorrem, e facilita-se a vida às pessoas porque não têm que andar a fazer ofícios para a Câmara, a pedir à Câmara, e às vezes há situações, como ainda por exemplo no próximo domingo vai lá haver um almoço da Associação de Dadores de Sangue de Bemposta, não sei se têm previsto para o fazer ao ar livre, se chover o único espaço disponível que temos em Bemposta para acolher essa quantidade de pessoas é o pavilhão, terá que se decidir na hora se é utilizado, ou não, portanto são situações como esta..., como me recorde no dia do comício do CDS em Bemposta, que choveu, e teve que à última hora se recorrer ao pavilhão, não sei quais foram os procedimentos que eles tomaram, porque o pavilhão era da Câmara, com certeza que terão pedido à Câmara, não sei, se fosse à Junta com certeza que na hora se falaria com os responsáveis da Junta e se decidiria essa situação; é óbvio que a Junta de Freguesia de Bemposta não tem orçamento para sustentar, ou para manter o pavilhão, porque aquilo também acarreta despesas, e serão algumas, eu fiz mais ou menos uma estimativa, e atendendo a que a zona envolvente do pavilhão será ainda o que vai ficar mais caro, a manutenção, que são cerca de dois mil metros quadrados de jardim, sobretudo área relvada, que fica caro, agora nesta altura que é preciso cortar a relva todas as semanas, e se calhar até mais do que uma vez por semana, entendi que com quinhentos euros mensais se poderia fazer face a essas despesas que o pavilhão e a zona envolvente poderão acarretar, não é objectivo da Junta cobrar taxas, nem levar dinheiro, por a utilização do pavilhão a ninguém, este dinheiro será única e exclusivamente para fazer face às despesas que poderão advir da utilização do pavilhão, e como disse no ofício, dotá-lo de melhores condições, sobretudo uma instalação sonora que faz falta no pavilhão, e ir adquirindo algum equipamento para o equipar, porque não tem equipamento desportivo praticamente nenhum, portanto a proposta é esta; a Junta de Freguesia de Bemposta, e é isto que eu quero que fique claro, não faz questão de gerir o pavilhão a qualquer preço, se a Câmara entender, ou se entenderem que há outra forma de aproximar o pavilhão das pessoas, e de facultar às pessoas meios mais directos para gerir o pavilhão, nós estaremos de acordo, e não fazemos questão de ter o pavilhão sobre o nosso mando”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar quero salientar que este ponto, o ponto 2.4 nada tenho a apontar contra, contra à forma como correu, penso que seria o primeiro ofício do ano de 2010 que a Junta de Bemposta fez à Câmara Municipal, e muito bem, não tenho nada contra este ponto, e eu vou votar de facto a favor deste ponto, só que queria que as pessoas pensassem ou reflectissem, este mesmo pavilhão, o anterior Presidente da Junta implorou a chave do pavilhão, pelos vistos não lhe foi dada a chave, e agora acho muito bem que este ponto seja de facto aceite, e seja votado como é pedido, quero é salientar a atitude dos actos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “também como disse o Altino Aleixo nada tenho contra, antes pelo contrário, sou favorável a que de facto, estas infra-estruturas tenham a máxima utilização, e elas geridas pelas populações com certeza que tiram mais rentabilidade destas infra-estruturas, mas também não quero deixar passar esta oportunidade para no fundo alertar ou criticar a Câmara Municipal pela atitude que teve no mandato passado sobre este assunto, que tantas vezes a Junta de Freguesia, na pessoa do Presidente solicitou que lhe fossem entregues as chaves para poder ter mais utilização desse equipamento, e sempre lhe foram negadas, portanto ainda bem que agora o fazem, cedendo a movimentação desse pavilhão à Junta de Freguesia, porque é aquela que está mais próxima das populações, e portanto pode dar uma utilização efectiva ao pavilhão; quanto aos custos envolvidos nesta operação não nos é dada a forma de como é que chegaram a esse valor, única e simplesmente é mencionada uma verba global de quinhentos euros por mês, não sei se é muito, se é pouco, porque de facto o estudo apresentado não revela em que é que se basearam para chegar a esse valor, no entanto não queria também deixar passar esta oportunidade, porque se refere à mesma Freguesia, quando a anterior Junta de Freguesia pediu o apoio para pagar aquilo que lhe tinha deixado a outra Junta, que era a dívida da ADSE, a Câmara não tenha ajudado nessa participação e teve que ser essa mesma Junta a suportar os pagamentos da dívida da ADSE, são critérios, são formas de ver as coisa, mas que de facto não abonam em nada a actuação da Câmara nesse aspecto”. ---

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “o que está aqui em causa no ponto 2.4 é análise e deliberação sobre delegação de competências na Junta de Freguesia de Bemposta mediante a celebração de protocolo com vista à gestão do pavilhão desportivo de Bemposta e zona envolvente, e eu li o ponto 2.4 precisamente porque não entendo a intervenção do Aníbal Moreno quando traz para aqui, para esta análise e deliberação aquilo que eventualmente terá sido um comportamento da Câmara relativamente à Junta de Freguesia anterior, o que está em causa de facto é esta matéria, e é sobre isto que nós temos que discutir, (*ouviram-se vozes*) agora perante os documentos que aqui temos no cumprimento da Lei pretende a Junta de Freguesia de Bemposta que lhe seja transferida a

competência da gestão do pavilhão desportivo acompanhada da respectiva transferência de capital nos termos da Lei, de acordo com o nº1 do artigo 66 da Lei 169/99, compete à Assembleia Municipal delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, neste sentido, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, reconhecendo a competência da Junta de Freguesia de Bemposta para a gestão da infra-estrutura em causa, que é o pavilhão gimnodesportivo, nas condições solicitadas e reconhecendo os benefícios de gestão que daí advêm, obviamente facilmente entenderemos todos que a assinatura deste protocolo, é por nós vista como bem-vinda, votaremos favoravelmente, e vemos na assinatura do mesmo um desafio a todos os Presidentes de Junta para que avancem com propostas idênticas, porque só assim podem de facto ver as obras, e os protocolos assinados, e aquilo que pretendem avançar. Concluindo dou os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta pela visão estratégica a favor da Freguesia a que preside, neste sentido também não entendo muito bem a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vale de Porco, porque de facto não dá para entender, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Porco pretender trazer aqui a assinatura de um protocolo idêntico, evidentemente que quererá a solidariedade de todos os Presidentes de Junta, e que votem favoravelmente propostas que venha apresentar; sinceramente não entendo a sua postura, de qualquer das formas, nós em relação ao assunto em apreço votaremos favoravelmente”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “muito rapidamente só para dizer o seguinte: efectivamente o anterior Presidente da Junta falou várias vezes do assunto, mas eu lembro aqui a posição que ainda há bocadinho, da parte da manhã, vocês chamaram à atenção, houve elementos da bancada do PSD que falaram lá de trás; e vocês o que é que disseram? Façam favor, se querem falar, venham à tribuna e falem, eu diria o mesmo em relação ao anterior Presidente da Junta de Bemposta, se o Presidente da Junta anterior queria efectivamente o pavilhão não falava, pedia-o, e para isso teria que formular o pedido por escrito, ele seria analisado em reunião de Câmara e trazido a esta Assembleia, nunca o fez nestes termos, nunca teve o desfecho, digamos, que poderia ter tido, esta é a razão, aqui formulado por escrito, foi à reunião de Câmara, foi aprovado, e veio à Assembleia, e está a ser discutida a delegação de competências; em relação ao valor material, ao valor que é solicitado de quinhentos euros, foi entendido que a manutenção do pavilhão, e do recinto ajardinado em volta, absorveria uma pessoa praticamente a tempo inteiro, isto representa um ordenado mínimo nacional, e é dentro desta base, creio que ele o solicitou, e é perante esta formulação que a Câmara também aprovou, e que traz aqui à Assembleia para aprovar”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “queria só tecer alguns comentários em relação ao que foi dito aqui pelo Senhor Deputado Aníbal

Moreno, que a Câmara não apoiou a anterior Junta no pagamento de uma dívida que já tinha a anterior Junta, em relação a isto tenho que lhe dizer que a mentira persiste, porque eu provo-lhe com documentos assinados pelo Presidente da Junta anterior em como a Câmara lhe transferiu onze mil euros para o pagamento dessa dívida, ao abrigo de um protocolo entre a Junta e a Câmara, foi muito badalado em campanha eleitoral, eu por acaso não tenho comigo os documentos, mas com certeza que eles estão aqui na Câmara, mas eu também os tenho em casa arquivados, e posso-lhe provar em como a Câmara lhe transferiu onze mil euros para o pagamento de uma dívida de dezoito mil, portanto não é verdade que a Câmara não apoiou”. --

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “primeiro dirigir-me ao Deputado José Maria, lembrar-lhe que as intervenções que eu faço são minhas, e dispenso bem os seus reparos, portanto fale você daquilo que deve falar, mas não é das minhas intervenções que você vai falar, eu posso aqui fazer a minha intervenção da maneira que entender, portanto de futuro não lhe admito esse tipo de intervenções, (*risos*) riam-se mais; em relação ao que foi afirmado aqui que foi transferido para a Junta de Freguesia, eu sei bem como foi transferido, o que foi aprovado era transferir-lhe toda a dívida, mas foi-lhe transferido ao abrigo das transferências, não foi uma verba extra para esse efeito, e o que foi aprovado na altura, era uma verba extra para pagar a dívida da ADSE, tal qual se fez com a Junta de Freguesia de Brunhoso, em que se aprovou uma verba extra para pagar uns determinados arruamentos, que a Junta de Freguesia fez, não foi umas transferências de capitais normais, foi uma transferência de capital extra, e neste caso a Câmara aprovou, mas depois na prática não a transferiu, transferiu uma verba que não chegou sequer àquilo a que tinha direito pelas transferências de capitais normais, que na altura estavam aprovadas; vamos a analisar com o tempo e no seu mandato, vai ver as transferências de capital que Bemposta vai receber neste mandato e aquelas que recebeu no mandato anterior; a resposta que dá o Senhor Vereador Pimentel, não tem pés, nem cabeça, o Presidente da Junta anterior fartou-se de o fazer aqui, para uns serve apresentada aqui oralmente, para outros que não são da nossa cor, têm que o fazer por escrito, e se fizerem por escrito, tem que se arranjar outra forma, de que de facto não se lhe aprove, e não se lhe transfira nada porque não é da nossa cor, e isso foi o que fez o PSD, mais precisamente o Senhor Vereador Pimentel no anterior mandato”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “eu vou tentar explicar-me melhor, Senhor António Martins, Senhor Presidente da Junta de Bemposta não interprete as minhas palavras como alguma forma de me opor, tanto mais quem seria eu, se eu me opusesse vocês todos..., mas não interprete as minhas palavras como que eu sinta ou nutra alguma falta de simpatia por Bemposta, ou por si, ou seja por quem for, simplesmente isto eu insisto é um assunto que não é meu, quer dizer eu disse que me abstinha

mas posso votar favoravelmente, que de facto mesmo para vocês é indiferente, mas o que eu quero dizer com isto é o seguinte, nós já fizemos também protocolos com a Câmara Municipal, Vale Porco já fez protocolos com a Câmara Municipal, e se calhar a maioria das Juntas já fez protocolos com a Câmara Municipal e nunca houve necessidade de virem à Assembleia Municipal, por isso mesmo eu não compreendo e quero encerrar aqui a questão, desejo boa sorte a Bemposta, e ao pavilhão de Bemposta, só é pena que Vale Porco não tenha também um para fazer um protocolo semelhante com a Câmara Municipal, mas enfim nem todos podemos ter, se tivéssemos pavilhão depois se calhar não tínhamos jogadores para lá jogar, mas Bemposta que não interprete esta minha maneira de pensar e de interpretar isto que aqui está escrito desta forma, estou inteiramente solidário com Bemposta, e com o António Martins”. ----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “então em direito de resposta dirigia-me ao Aníbal Moreno para lhe dizer, Aníbal não gostei nada da sua irritação aqui, não há necessidade nenhuma da gente se irritar com estas coisas, porque eu apenas utilizei a sua intervenção para sustentar a minha argumentação, e de facto acho que não lhe faltei ao respeito, vir aqui parece que em ar intimidatório dizer que nunca mais me permitia que utilizasse as suas intervenções como argumentação para suportar o meu ponto de vista, parece-me lamentável que assim seja, e é evidente que só temos duas alternativas, quando entender que devo utilizar as suas intervenções para os meus argumentos, vou utilizar, não lhe faltando ao respeito, e a outra alternativa que resta é se o Aníbal Moreno não quer então alinhar nisto pode-se demitir e aí nós continuaremos o debate na Assembleia Municipal”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “ditam as eleições autárquicas as Juntas que cada partido ganha, e eu pessoalmente não aceito ser responsabilizado por fazer mais protocolos com as Juntas do PSD, do que com as Juntas de outros partidos, eu, quando digo eu, digo Câmara, porque naturalmente se nós temos muitas mais Juntas, teria que haver logicamente, mas penso que nem foi o caso em 2009, teria que haver mais protocolos com as Juntas do PSD, mas eu quero tão-somente lembrar aqui e dizer que efectivamente em relação à anterior Junta de Bemposta os onze mil euros que foram transferidos foi da maneira que ele os pediu, por adiantamento das transferências de capital relativas a esse ano, foi pedido por ele, foi assim que foi feito, depois dizer que o Vereador Pimentel não faz protocolos, é a Câmara, e fez protocolos, primeiro com Bruçó, para a resolução do problema que colocou da entrada do cemitério; Meirinhos, protocolo com a Junta de Meirinhos para a resolução do problema do polidesportivo, verdade, está aí o Senhor Presidente; Vilarinho, neste momento fizeram-se protocolos com Vilarinho para resolver um problema que foi criado com a construção da casa mortuária em toda a zona, fez ali

um palácio mortuário e depois em volta deixava ali um deserto sem feitio, nem jeito, de maneira que a Câmara entendeu cooperar com a Junta de Vilarinho para harmonizar aquele espaço, eu creio que, não sei se há mais alguma Junta do PS, neste momento creio que não, não se podem queixar, todas as que enumerei são do PS, e todas elas tiveram protocolos, portanto não aceito, vocês quando quiserem bater, batam com justa causa, seja no Vereador Pimentel, no Vereador João, ou no Presidente Machado, ou na Vereadora Teresa, mas com algum fundamento também, porque todas as Juntas de Freguesia sabem o quanto tem sido dedicado às Juntas de Freguesia em termos de obra, seja por administração directa, seja por protocolos, e há da minha parte uma preocupação, se a umas há protocolos, noutras desenvolver trabalho com o próprio pessoal da autarquia, e portanto acho que não há razão nenhuma a não ser que seja politicamente de querer atirar pedras, ou porque entendem que a árvore tem frutos, e queiram deitar alguns abaixo, portanto estamos aqui para trabalhar em prol do Concelho, e eu acho que de um modo geral hoje há uma equidade no tratamento das Juntas, pelo menos nas melhorias das Juntas, ou seja da parte urbanística das nossas aldeias (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... creio eu, registado por quem nos visita, e muitas vezes tem sido aqui aflorado, portanto este é o nosso posicionamento em relação às Freguesias, tem sido, e vai continuar a ser, fazer com que as nossas Juntas tenham o mesmo nível de vida que tem a vila de Mogadouro, portanto é nesse sentido que continuaremos a actuar”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos colocar o ponto **2.4 *Análise e deliberação sobre “Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Bemposta, mediante a celebração de Protocolo com vista à Gestão do Pavilhão Desportivo de Bemposta e Zona Envolvente”***, à votação (*ouviram-se vozes*) é de acordo com o que li e com a certidão que acompanha, isto é o resumo. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----Este ponto foi aprovado com quarenta e oito (48) votos a favor, uma (1) abstenção do CDS e zero (0) votos contra. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.5 *Análise e deliberação sobre “Adesão à Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes”***. --

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “isto como têm aí nos vossos documentos é um pedido da rota do azeite para aderir, isto não tem custos nenhuns, é só ficarmos dentro da rota do azeite, acho que isto não tem ..., discussão pode ter sempre, mas acho que isto não tem

dúvidas”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ eu queria ligar a discussão deste ponto com o ponto 2.10, suponho, que é proposta de saída de uma outra Associação, vai ser discutido depois mais à tarde, mas eu nesta altura fazia já essa ligação, eu concordo com a fundamentação que o Vereador Pimentel faz para sustentar a saída de algumas Associações, quando diz que em virtude da proliferação de Associações que por aí acontece a adesão do Município às diferentes Associações deve ser feita de forma criteriosa, concordo com isso, só não percebo bem os critérios utilizados, eu também posso ligar este assunto com a proposta de adesão à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, são assuntos similares, quando digo que não concordo com os critérios, essa discordância assenta nisto, ou seja saímos, ou propomos a saída de Associações de âmbito ou de cariz territorial, para propor a adesão a Associações de cariz sectorial, ou seja, eu não creio, e não estou a dizer que discordo da adesão à Associação da Rota do Azeite, mas sou capaz de discordar da adesão à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, ou seja a Câmara não é produtora de azeite, aquela Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro é uma Associação de cariz sectorial, da qual devem ser sócios os produtores, ora a Câmara não é produtora, eu apenas digo que de facto podemos ser criteriosos mas não concordo, não subscrevo os critérios utilizados para esse efeito, faz mais sentido o Município ser sócio de Associações de cariz territorial, que olham para o território, para o desenvolvimento do território, e menos sócio de Associações de cariz sectorial, porque em todas elas se pagam quotas de associado, era este esclarecimento que eu gostava de expressar”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente eu começava por lhe dizer o seguinte, eu acho que o nosso Município, o Concelho de Mogadouro, e a Câmara Municipal de Mogadouro não é Maria vai com todas, quer dizer o Senhor chegou aqui, a Associação Rota do Azeite pediu-lhe para fazer parte lá da lista, não tem custos, não sabemos nada e aí vai nós, e acabou, a nós também já nos pediu aqui uma Associação, por acaso relacionada com o azeite, que eu vim aqui a esta tribuna saber qual era a quota que a Câmara Municipal ia pagar, e essa resposta ainda hoje não foi dada, apresentaram-me este documento, compêndio com o enquadramento da rota do azeite, e com participação financeira (*ouviram-se vozes*) desculpe diz no primeiro ponto, ou não estamos a ler o mesmo, em segundo lugar, estatutos, eu não posso votar a favor, ou contra uma Associação que não sei os estatutos, por amor de Deus, e em terceiro lugar plano, isso já não interessa, eu na altura abstive-me, quando a Assembleia toda votou a favor, já não tenho aqui as datas mas sei que era uma Associação relacionada com o azeite, em que a Câmara Municipal se fez sócio, e penso que essa Associação tem a sede em

Alvito, ou Cuba, ou Mora, ou por aí; Senhor Presidente, por amor de Deus eu perante isto não posso, como se costuma dizer nem contra, nem a favor”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “lá vamos com todos, neste caso só com alguns, eu gostaria que votassem a favor desta adesão, até porque considero este pedido um pedido sem custos, é sempre possível, e creio que a gente falou nisso, os custos que vierem é que vão ser analisados, vão ser analisados, e a gente diz assim, isto é pagar de mais, ou pagar de menos, e não contamos, é assim..., e quando estivermos em Associações onde virmos que não tiramos nada, mas pagamos, saímos dela, como vem hoje aqui à Assembleia dizer assim: vamos sair de tal, e de tal, precisamente porque estamos a pagar, e não vamos usufruir mais nada dessas situações, agora eu acho que, esta rota do azeite, é aqui a nossa, não sei se é de Alvito, se não é de Alvito, não faço tensões de pôr os pés nunca em Alvito, e portanto é isto, ou votam a favor, ou votam contra, mas eu acho que não devem arriscar a votar contra; ficamos fora da rota do azeite? Vede bem”. (*ouviram-se vozes*) -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Senhores Presidentes da Junta, e Senhores Deputados, eu sei que de facto isto é muito chato, para não ser chato votamos isto, e vamos embora; vocês acreditam que alguma Associação da rota do azeite, da rota do vinho, da rota da raposa, que manda um ofício para uma Câmara a convidá-la para sócio, só para pertencer, porque o nome da Câmara Municipal de Mogadouro..., para isso convidavam a Câmara de Vila Nova de Famalicão, que era um nome maior, (*ouviram-se vozes*), eu acho que sim, e diz aqui, compêndio com o enquadramento da rota do azeite, e comparticipação financeira, por amor de Deus Senhor Presidente, eu penso que nós para votarmos conscientemente devíamos saber mais sobre o assunto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos colocar o ponto **2.5 “ Adesão à Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes ”** à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O resultado da votação é aprovado por maioria, com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções, três (3) do PS e duas (2) do CDS, e quarenta e cinco (45) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.6 Análise e deliberação sobre “ Alteração ao Mapa de Pessoal – Ano de 2010 – Proposta do Sr. Presidente ”**-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “dentro das

competências que a Lei me confere, proponho a alteração do Mapa de Pessoal com a criação de um lugar no cargo de Chefe de Divisão para desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais. Existe de facto na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Mogadouro, em vigor, publicada no Diário da República, II série, nº 174, de 26 de Julho de 2004, prevê no seu artigo 45 a existência de uma Divisão de Obras Municipais que está a funcionar em pleno desde o ano de 2006, altura em que designei o Técnico Superior Abel Afonso Varandas, com a categoria de Engenheiro Civil responsável por essa Divisão; atendendo às competências que definem, o referido Técnico, mais concretamente, as aptidões e conhecimentos, capacidade de realização e orientação, capacidade de adaptação e melhoria contínua, capacidade de análise de planeamento e de organização, espírito de equipa e capacidade de coordenação, responsabilidade e compromisso com o serviço, é nessa base que faço esta proposta, depois de ter sido aprovada pelo Executivo”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “no que concerne este ponto, e antes de mais nada vou tecer um comentário pessoal, nutro uma grande simpatia pessoal pelo Técnico Abel Varandas, é Funcionário desta Câmara, desejo-lhe as maiores felicidades, mas agora vou explicar o porquê desta minha intervenção, na alteração ao Mapa de Pessoal sobre este assunto, e após ler a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, fico com a impressão que o lugar já tem destinatário sobre esta proposta, a Assembleia tem nas suas competências no artigo 53, no nº2 da alínea n, aprovar, nos termos da Lei, a criação ou reorganização dos serviços Municipais, na alínea o, aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do Município, nos termos da Lei, Lei 5-A de 11 de Janeiro, 1ª alteração à Lei 169 de 18 de Setembro; a Assembleia nunca se deve pronunciar sobre nomes, e ao efectuar esta votação está a pronunciar-se sobre um nome, a votação deve ser secreta, mas aqui também não temos outra opção; nos estatutos dos eleitos locais, nós todos temos direitos e deveres; deveres, artigo 4, no exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios, em matéria de legalidade e direito dos cidadãos, observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados, ou pelos órgãos a que pertencem; cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências; actuar com justiça e imparcialidade; em matéria de prossecução do interesse público, salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia; respeitar o fim público dos poderes em que se encontram investidos; não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro do órgão autárquico; eu como membro da Assembleia não me posso substituir

ao júri, não está nas minhas competências, portanto não as devo usurpar, não quero que nenhum Funcionário desta Câmara me acuse de ser parcial, ou actuar em defesa de A, em detrimento de B, e segundo o que eu li na Lei 51/2005 de 30 de Agosto muitos Funcionários desta Autarquia podem estar em condições, mais, o concurso pode ser aberto a toda a Administração Pública, o que pode ter bastantes interessados; se a proposta não me indicasse qualquer nome, votaria, assim, não, por isso vou-me retirar da sala enquanto decorrer a votação”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “a minha intervenção vai no mesmo sentido da que foi feita pelo Deputado Municipal Belmiro Ferreira, o que está aqui em causa, o que nós devíamos estar aqui a discutir sob proposta da Câmara era de facto o alargamento, ou a reestruturação do quadro de pessoal, esse ponto sim é da competência da Assembleia Municipal, aprovar, ou não, as alterações ao quadro de pessoal, só que ao mesmo tempo, está no fundo a indicação da pessoa que vai ocupar esse lugar, e essa não é competência desta Assembleia Municipal, portanto, teria que ser retirada a parte da pessoa em causa, que está indicada para o lugar, e só nos pronunciarmos sobre a alteração do quadro de pessoal abstractamente, que poderá ser ocupado por qualquer outro indivíduo que tenha habilitações, e que tenha competências para ocupar esse lugar, ao estar aqui na proposta submetida a esta Assembleia a alteração do quadro de pessoal, mas ao mesmo tempo que ele vai ser provido vai ser ocupado por determinado elemento, isto, penso que está ferido de ilegalidade, e por isso solicitava à Câmara, para, de facto esta ilegalidade não se manter que retirasse o ponto da agenda e que o agendasse numa próxima reunião, só alteração do quadro de pessoal, e depois o seu preenchimento esse sim, da competência do Senhor Presidente da Câmara, respeitando toda a Lei e toda a tramitação no que se refere ao recrutamento de pessoal para as autarquias. Neste momento eu acho que conforme a proposta está apresentada, está ferida de ilegalidade”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “uma vez que foi levantada aqui a suspeita sobre os critérios, a legalidade dos critérios que presidem à proposta de alteração do Mapa de Pessoal, e nesta proposta de alteração desse Mapa simultaneamente a apresentação de um nome, tendo sido aqui referido que estaríamos perante uma eventual ilegalidade, eu questiono efectivamente a Câmara Municipal, se assim é, se de facto há alguma ilegalidade, ou não, neste processo, e proponho que de facto se proceda apenas, se houver essa ilegalidade, à alteração ao Mapa de Pessoal”. *(O Senhor Ilídio Martins interrompeu para fazer um ponto de ordem à mesa e disse: peço desculpa, é uma questão de economia processual, é que de facto na proposta que é feita não se fala em nenhum nome, porque é que não se há-de votar esta proposta?) (O Presidente da Assembleia disse: que lhe dava a palavra a seguir.)* -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado, o Senhor não tem a proposta? Tem? E leu? A minha interpretação não é igual à sua. Eu de facto não tenho nada contra o Mapa de Alteração de Pessoal, nem contra as pessoas que eventualmente o possam preencher, nada move contra ninguém, mas o que está aqui trouxe-me ao pensamento determinadas situações, situações que segundo a proposta que está aqui feita pelo Senhor Presidente, com estes atributos todos, eu fico indignado porque existe no Mapa de Pessoal lugares disponíveis, lugares vagos, lugares esses que há pessoas, Funcionários na Câmara Municipal de Mogadouro com capacidade para os preencher, ou seja subirem de categoria, inclusivamente na Câmara de Mogadouro essas pessoas com as condições, que têm as condições para concorrer já o fizeram, mas deixe que lhe diga..., devido a isto vocês podem pensar ..., nós temos sempre pensamentos maliciosos..., nada disso, é o concreto, essas pessoas foram informadas por alguém, não sei quem, o Senhor Presidente com certeza não foi, mas seria algum dos seus Vereadores a quem lhe deu o pelouro, que tinham condições para concorrer, e de facto concorreram, mas isto foi antes das eleições, depois das eleições esses Senhores recebem uma carta a dizer que tinham concorrido fora de prazo. Era só isto, e era só este assunto que eu vos queria deixar, por isso sem o Mapa de Pessoal estar preenchido, não acho que a Câmara, o sistema de funcionamento da Câmara vá ter grandes lucros, e grandes benefícios com a alteração do Mapa de Pessoal nesta altura”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “sobre este assunto, e contrariamente ao que disse o Senhor Deputado Moreno, julgo que não há nenhuma ilegalidade, o que estamos aqui a votar é o ponto 2.6, que diz *Análise e deliberação sobre “ Alteração ao Mapa de Pessoal – Ano de 2010 – Proposta do Sr. Presidente*, nós temos que votar é este ponto, o Senhor Presidente quando fala em nomes, quer dizer que não há gato escondido com o rabo de fora, é a pessoa que lhe merece confiança, é a pessoa que ele quer pôr no lugar, mas não está isso em questão, nós não vamos votar isso, nós vamos votar este ponto, o ponto 2.6, que não fala em nomes, estou de acordo com o Senhor Ilídio Martins, e entendo que não há nenhuma ilegalidade, nós não vamos votar mais nada, entendo que deve ser posto à votação, e vamos seguir com ele para a frente”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o problema é que o que falta criar é o lugar, ou criam o lugar, ou não criam o lugar, porque depois de o lugar estar criado é da minha competência nomear alguém para aquele lugar, e ao mesmo tempo, o que significa simultaneamente abrir um concurso, é assim a Lei, não há outra Lei, nomeia, e depois abre concurso, foi assim que foram nomeados todos os Chefes que estão lá agora, porque em determinada altura aboliram-se as Chefias, e foram todos nomeados assim, nomeava-se, e no fim de seis

meses desencadeava-se o processo, agora não, agora nomeia-se e desencadeia-se imediatamente o processo de posse, mas em primeiro lugar eu tenho competência para o nomear, para aquele lugar que for criado”. ----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente lamento muito que esta sessão esteja continuamente a ser perturbada, e que queira ser cortada a qualquer um de nós, seja a Câmara Municipal, seja a qualquer vogal Municipal o direito de falar as vezes que o regimento e a mesa permitem, lamento imenso. Eu penso que, se eu bem sei ler, e interpretar português que há apenas aqui um erro de comunicação, o Senhor Presidente da Câmara, ou melhor a proposta assinada pelo Senhor Presidente da Câmara em lado nenhum diz que vai nomear o Senhor fulano tal para o cargo, pode nomeá-lo quantas vezes quiser, se é da competência dele, não sei, mas se é, e ele diz que é, admito, pode nomear esse ou outro, ele aqui não diz isso, ele faz aqui uma série de considerandos, diz existe na estrutura orgânica tal lugar, atendendo às competências que definem, e depois passa num português que eu não acho muito correcto, dentro das competências para baixo, mas não diz que quer nomear aquele, diz que quer criar um lugar, mais, se eu bem entendo o Senhor Presidente da Assembleia ao fazer a convocatória foi mais restritivo, disse, e é sobre isso que nós temos de opinar, não é sobre mais nada, deliberar sobre alteração do Mapa de Pessoal, proposta do Senhor Presidente, agora como não é transcrito para a ordem de trabalhos a nomeação do Senhor António, do Senhor Manuel, ou do Senhor Francisco para aqui, não temos que tratar desse assunto, nesse aspecto estou de acordo com a parte primeira da intervenção do Senhor Deputado Urze”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, eu tenho um entendimento contrário ao meu colega de bancada Ilídio Martins na medida em que o documento que é enviado a esta Assembleia, a certidão que foi enviada a esta Assembleia diz claramente quem é a pessoa que vai ocupar esse lugar, di-lo claramente, o que devia dizer era somente alteração do Quadro de Pessoal com a criação de mais uma divisão, pura e simplesmente, só que na certidão diz quem vai ocupar o lugar, e eu nisso não voto favoravelmente porque extravasa a nossa competência, quem tem que assumir a responsabilidade da nomeação é o Senhor Presidente, não pode passar essa responsabilidade para esta Assembleia Municipal, porque não é dela, porque estaria também a extravasar a nossa competência, e ela não é nossa, por isso da forma que está apresentado o assunto eu recomendava à Câmara Municipal que retirasse o ponto, e que voltasse a propor a esta Assembleia quando entendesse, mas só a alteração da estrutura do Quadro de Pessoal, sem falar em qualquer nome, só a estrutura do Quadro de Pessoal, a não ser assim, ao aprovar a alteração, e com indicação também da pessoa em causa, eu claramente voto contra”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “peço desculpa, se por acaso

votarmos favoravelmente este ponto 2.6 da convocatória não resulta que o Senhor fulano tal, que não sei quem é o nome, não conheço a pessoa, é nomeado, não resulta a nomeação de ninguém, não pode resultar, só resulta que é criado um lugar, mas não diz para quem, aqui não se fala nisso”.
(*ouviram-se vozes*) -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “ora bem, dissecada aqui a interpretação dos documentos em análise, penso que a leitura que daqui resultará para efeitos de votação será a de que a Assembleia Municipal vai votar a alteração do Mapa de Pessoal, o Senhor Presidente terá a competência para designar como bem entender, (*ouviram-se vozes*) sendo que, eu pessoalmente fico satisfeito, mas muito, por saber (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “... vamos colocar o ponto 2.6 *Análise e deliberação sobre “ Alteração ao Mapa de Pessoal – Ano de 2010 – Proposta do Sr. Presidente”* à votação, assim sendo cada um ...(*ouviram-se vozes*), assumam a vossa dignidade como Deputados, porque é isto que nos ocorre neste momento dizer, vamos proceder à votação deste ponto, cada um votará segundo a sua consciência, ninguém está aqui a subjugar ninguém porque estamos num período democrático, e como tal agimos em conformidade. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----Este ponto foi aprovado com quatro (4) votos contra, três (3) do PS e um (1) do PSD quatro (4) abstenções, duas (2) do PS e duas (2) do PSD e quarenta (40) votos a favor, o ponto 2.6, com o texto que consta precisamente na convocatória”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “votei contra esta alteração por entender que a forma como a Câmara propôs o caso está no meu entender indicado o nome que vai preencher a divisão criada, e como tal acho que está ferido de ilegalidade, e por isso o meu voto contra essa alteração”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “eu queria também fazer uma declaração de voto neste sentido, o voto favorável da bancada do PSD reporta-se em concreto àquilo que se define ao ponto da ordem de trabalhos, e ao último parágrafo da certidão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao ponto 2.7 *Análise e deliberação sobre “ Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na área do*

Loteamento de Santo Cristo na Freguesia de Bemposta, Concelho de Mogadouro ” -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “o ponto 2.7 da ordem de trabalhos é um pedido de desafecção da parcela de terreno do domínio público Municipal, isto porque em 2005 a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ceder um terreno para a construção do Centro Social e Paroquial de Bemposta, e para haver legalização da posse do terreno tem que fazer-se uma desafecção em que temos que desafectar do domínio público Municipal para poder fazer essa cedência, é tão só isso para legalizar as circunstâncias, nada mais”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “atendo-me aqui à certidão que tem valor informativo, eu queria fazer a seguinte pergunta à Câmara Municipal, 2392 metros quadrados intitulados pelo alvará tal, era destinado a equipamentos, queria saber que equipamentos, se ainda fazem falta, se ainda lá estão, ou como é que eles podem ser dispensados do domínio público, os ditos equipamentos”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Municipal, se considerar um Lar da 3ª Idade ..., eu acho que todos consideramos o Lar da 3ª Idade como equipamento, e aquilo que vamos fazer é dentro dos 2392 fazer o destaque, fazer a desafecção do valor de metros quadrados onde está implantado o Lar para como equipamento lhe ser oferecido, e ser transmitido esse terreno, para legalizar a circunstância, é tão só isto, nada mais”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “... vamos colocar o ponto 2.7 *Análise e deliberação sobre “ Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na área do Loteamento de Santo Cristo na Freguesia de Bemposta, Concelho de Mogadouro* ” à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O ponto 2.7 foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.8 *Análise e deliberação sobre “ Aprovação Final do Regulamento Geral de Taxas Municipais*” -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “isto tudo que é regulamentos e que tem a ver com alterações de taxas, tudo isto é muito sensível pelo que agradecia que pudéssemos ver em conjunto o que aqui trazemos para aprovação, e o que aqui trazemos tem, por detrás de si a força de Lei, alteração legislativa que obriga a uma justificação económica das taxas a praticar por todos os Municípios, isto quer dizer que a partir do

dia 1 de Maio, daqui por um ou dois dias, todas as taxas que os Municípios cobrem têm que ter aprovação nas Assembleias Municipais da justificação económica das taxas que praticam, e dito isto há que ver a diferença que existe entre taxas, e preços, para percebermos porque é que só vem aqui uma pequena parte daquilo a que nós também chamávamos taxas, e que estava no regulamento de taxas anteriormente, é que taxas são somente aquilo que não há concorrência, onde exclusivamente o Município tem a possibilidade de cobrar, por exemplo a taxa de construção de uma casa, não se pode apresentar o pedido de construção de uma casa noutro lado qualquer a não ser na Câmara Municipal, não há concorrência, já na água isto já não é verdade, que tanto pode vender o Município, como pode vender as Águas de Trás-os-Montes, como pode vender as Águas do Sousa & Paiva, como pode vender por aí fora, portanto há aqui uma diferença muito grande entre as taxas e os preços, e aquilo que aqui trazemos hoje é o regulamento, o regulamento adaptado à nova legislação, que há aí toda a justificação, mas que quero que fique claro no seguinte, não há aumento de taxas, pode haver em determinadas circunstâncias, numa determinada operação um ligeiro aumento, mas se houver noutra a seguir há uma ligeira diminuição, foram criadas aqui taxas obrigatórias por Lei, as TRIUS que são as taxas de utilização dos equipamentos, não existiam, isto nomeadamente no que diz respeito à habitação, e estas taxas têm que ser cobradas, e aqui o exercício que se fez foi fazer a adaptação daquilo que levávamos pelas taxas de habitação, de construção, somar estas TRIU que são obrigatórias, mas na sua forma global dar o valor muito equivalente àquele que dava se fossem só cobradas as taxas anteriores, este exercício foi feito, podemos dizer que por exemplo numa casa com 400 metros quadrados de área construída pelo prazo de dois anos ficava pelo regulamento anterior, o que ainda está em vigor, as licenças por € 390,00, vão ficar com o novo regulamento por € 356,43, numa casa se for de 250 metros quadrados, pelo mesmo prazo de dois anos ficava por 315, vai ficar por 348, porque isto tem a ver com o número de metros quadrados. Portanto para se ter uma ideia global não há aumento de taxas que aqui apresentamos, a justificação económica da taxa passa pelo seguinte, é que o Governo diz que só se pode levar o preço das taxas, aquilo que elas custam ao Município, o tempo de trabalho dos Funcionários. Quanto é que isto reverte no valor da taxa? E é essa a taxa que o Município tem que cobrar, este estudo económico foi feito, e é aqui que se apresenta esse valor. Há aqui outra alteração, enquanto que antigamente tanto as taxas, como os preços, como as tarifas, tinham que ser aprovadas pela Assembleia Municipal, neste momento só as taxas e o seu regulamento é que tem que ser aprovados pela Assembleia Municipal, os preços deixaram de ter o aval da Assembleia Municipal, e passam a ser só aprovados no Executivo Camarário, é pela imposição de Lei, é assim que estão as coisas. Agradeço, e julgo que viram com atenção

as taxas aí propostas, e por certo verão que não há aumento de taxas, temos que pôr isto a funcionar sob pena, eu volto a dizer, não há aumento de taxas, se isto não for aprovado, não poderemos cobrar taxas a partir de 1 de Maio”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Mesa agradecia que conseguisse obter do Executivo o elemento exemplificativo, por amostra, ou por mostragem, não me interessa, de meia dúzia de taxas, para me provarem que de facto não houve aumento, comparativas com as que estavam em vigor (*ouviram-se vozes*), não tenho o anterior, a minha dúvida agora só é suscitada pela sua afirmação, como deve imaginar não estão em causa questões de honorabilidade, muito menos pessoais, espero que considere isso (*ouviram-se vozes*), muito obrigado Senhor Vice-presidente, agora estou mais esclarecido, mas admite que há subida de taxas, (*ouviram-se vozes*) houve ou não houve? Agradecia que o Senhor Presidente da Mesa obtivesse uma resposta sim, ou não, à pergunta que agradeço que transmita ao Senhor Vice-presidente; houve, ou não, qualquer aumento em qualquer taxa? (*O Senhor Presidente da Assembleia disse: o Senhor Deputado está aqui a fazer algum exame de aptidão? Ou quê? O Senhor Deputado está aí a colocar a questão, coloque-a para a Assembleia, e depois o Senhor Vice-presidente há-de voltar, se assim o entender, e a Assembleia assim o entender, voltar à questão e informá-lo daquilo que for preciso, agora não estamos aqui a fazer nenhum exame a meninos, por amor de Deus*) O Senhor Presidente da Mesa fará o favor de transmitir ao Senhor Vice-presidente”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “conforme informação do Senhor Vereador, que diz que este regulamento de taxas terá que entrar em vigor a 1 de Maio sob pena de não poder cobrar taxas a partir dessa data, aquelas que são consideradas taxas, que as tarifas se continuam a manter conforme estão, de qualquer forma dizer-lhe ao Senhor Presidente que a Lei que regula esta matéria, ela já entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2007, e dava na altura um prazo de dois anos para actualizar, portanto se, como deduzo, já estaria em ilegalidade, caso não tivesse saído entretanto matéria a prolongar, se não tivesse saído legislação a prolongar, a dar mais tempo para se adaptar à nova Lei, que é a Lei 53/2006, de qualquer forma Senhor Vereador também perguntar-lhe, se as taxas que aqui constam neste regulamento são de facto as que foram aprovadas na reunião de Câmara, gostaria que de facto me desse essa informação, se as taxas constantes e hoje propostas à Assembleia são aquelas que foram de facto aprovadas em reunião de Câmara? Por outro lado, e pegando nas suas palavras quando diz que não houve alterações, houve algumas alterações, mas que não foram significativas, eu peguei aqui nalgumas, e só dizer-lhe por exemplo que a taxa 4.3.3.2, ocupação de ossários municipais por cem anos 300 euros, estava em 125, portanto não é um aumento assim de 5 ou 10%, há um

aumento muito, muito significativo, a ocupação de ossários municipais por ano, 16 euros, estava de 7, portanto é mais do dobro, no capítulo II, taxas por deferimento de pedidos, emissão de documentos administrativos, autos, 6.25, estava em 2.50, certidões de documentos, 6.25, estava em 2.50, portanto como vê não é assim tão linear dizer que elas não sofreram praticamente alteração, mas sofreram de facto alterações significativas, e quero lembrar esta Assembleia que a Câmara disse que não iria alterar as taxas, que não iria alterar taxa nenhuma. Ou não disse? Foi afirmado nesta Assembleia que no ano de 2010 as taxas não sofreriam qualquer tipo de alteração, o que está aqui é uma alteração significativa, portanto neste caso concreto a Câmara não está a cumprir com aquilo que informou esta Assembleia, mais precisamente na Assembleia Municipal de Fevereiro passado, em que garantiu aqui perante esta Assembleia que as taxas não sofreriam qualquer tipo de alteração, neste corrente ano, por isso meus Senhores respeitando aquilo que foi afirmado nessa Assembleia, eu sou de opinião de se aprovar estas novas taxas, mas com os valores constantes no outro regulamento. Por outro lado também, e aí gostaria que também me explicasse o Senhor Vereador, porque eu não consigo ver onde é que está portanto a taxa específica para este caso; qual é o pagamento que vão fazer, ou se não fazem nenhum, os feirantes nos terrados das feiras, qual é a taxa que vão pagar? Eu não consigo descortinar, pode ser que eu esteja a analisar mal, mas agradecia que me informasse qual é a taxa que os feirantes vão pagar sob o terrado que ocupam nas feiras quinzenais, aguardo as explicações do senhor Vereador, e depois em segunda ronda me irei pronunciar novamente”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “sobre este assunto eu quero dizer o seguinte, eu também tive dúvidas realmente quanto às taxas, depois da sessão de Dezembro se ter dito de que não iria haver aumento de taxas em 2010, no entanto reconheço o seguinte, quando a Câmara afirmou que não ia haver aumento de taxas estava a referir-se concretamente ao anterior regulamento, agora como o novo regulamento impõe por Lei alterações diversas e completamente diferentes, onde está em causa a prestação dos Funcionários que prestam serviços é normal que haja alteração de taxas para mais, não é assim tão significante, o Senhor Vereador referiu-se concretamente aos cemitérios, mas eu estou convencido de que se analisarmos a anterior tabela com a tabela actual, no restante a coisa deve estar muito equiparada. Agora há aqui outra dúvida, o Senhor Vice-presidente da Câmara disse há bocadinho de que as tarifas e preços eram com a Assembleia, eu não sei, tenho dúvidas, porque antigamente era só competência da Câmara, nomeadamente a água, não tinha que vir à Assembleia (*ouviram-se vozes*) pois, e continua a ser, portanto eu julgo que provavelmente houve um aumento nos cemitérios, também derivado, e a Câmara deve ter tido isso em atenção, o cemitério já não suportar vender

sepulturas perpétuas, ou outros serviços a prestar no cemitério, porque está extremamente reduzido, e terem aumentado um bocadinho as taxas, no restante eu acho que as taxas estão em conformidade com aquilo que a Câmara entende que deve cobrar. Julgo que está correcto”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Municipal Aníbal Moreno começou por perguntar se as taxas que estão aqui foram de facto aprovadas por a Câmara Municipal, eu confio na palavra e na honra das pessoas, e quando as pessoas dizem que assim é, para mim assim é, não ponho em causa outra coisa, mas se o Senhor quiser dizer alguma coisa mais aqui, então agradecia que nos viesse dizer o que quer dizer mais do que isso, agora com insinuações não, não funciono com base em insinuações, eu funciono com base na palavra das pessoas, mas se quiser dizer alguma coisa sobre de facto se foram, ou não aprovadas na Câmara, faz favor de se dirigir aqui, se o Senhor Presidente der autorização para isso, (*ouviram-se vozes*) mas isso para mim depende daquilo que eu vou dizer a seguir, obviamente, inicialmente o Senhor Deputado disse aqui assim: não há alterações significativas nos preços, para no fim acabar a dizer que há alterações significativas nos preços, até deu o exemplo do ossário por cem anos que são trezentos euros, o que corresponde a 3 euros por ano, é bom dizer-se isto desta forma, e apresentou aqui um, ou dois casos que eventualmente pela justificação económica das taxas tivessem levado algum ligeiro aumento, mas esqueceu-se de dizer os outros noventa e tal por cento das taxas que baixaram, teve pontaria, pronto, foram dois sítios, agora eu gostava que dissesse aqui assim: a globalidade das taxas no Município, o Município conseguiu fazer algo mais do que aquilo que se tinha comprometido, que era não aumentar as taxas, baixou-as, na globalidade dos casos baixou-as, e eu desafio-o a dizer que não é verdade o que estou a dizer, agarramos aqui, se o Senhor Presidente nos der essa oportunidade, taxa por taxa, e vamos ver quanto é que ela custava, e quanto é que custa agora, e vamos ver no final quem é que tem razão sobre aquilo que está a dizer. Agora a justificação económica das taxas é um exercício que é obrigatório por Lei, disse aqui também que se não houvesse alteração à Lei, ao prazo, que já estávamos em incumprimento, bem se a Lei não tivesse aparecido, nem isto hoje cá estava fora, continuávamos com as mesmas, quer dizer isto na base das suposições estamos a cumprir, ou não a Lei? Estamos a cumprir, e é essa a questão, agora as suas suposições se devia ser um mês antes, ou um mês depois, ela entra em vigor dia 1 de Maio, hoje ainda estamos em Abril, a aprovação vem a tempo, hoje, agora com o diário electrónico, isto é um ar. Falou também na questão dos feirantes, a questão dos feirantes, não têm que estar aqui, a questão dos feirantes vem na tabela de preços, é aquilo que foi mencionado, e para termos uma ideia do que aqui está, há aqui uma..., neste regulamento e tudo mais, há aqui uma uniformização na Associação de Municípios do

Douro Superior, tentou-se no regulamento, e tudo mais, fazer-se essa uniformização, já agora o valor das nossas taxas são bastante inferiores às dos outros Municípios nomeadamente geridos por outras forças políticas, que se dizem mais sociais, e mais afectos à parte social, na construção de uma casa, eu gostava que os Senhores fizessem também o exercício de ver quanto custa em Mogadouro fazer uma casa com 400 metros quadrados a demorar dois anos, e quanto custa noutros Municípios da mesma Associação, eu gostava que fizessem, para depois poder dizer aqui, efectivamente comparado com os outros, estamos a levar mais dinheiro, não, nós estamos a promover aquilo que achamos a parte mais social, e a aquilo que é na habitação a parte mais fundamental, temos os preços como sempre os tivemos, os mais baixos de todos os Municípios da Associação, portanto demagogia à parte, este regulamento e estas taxas, na globalidade, e não na unicidade são mais baixos do que era o anterior regulamento, e a anterior tabela de taxas”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “não quis o Senhor Vereador reconhecer aqui, que as taxas que foram aprovadas na reunião de Câmara eram completamente diferentes daquelas que a Câmara submete à Assembleia Municipal, e os valores que foram aprovados, de facto em reunião de Câmara, no decorrer da reunião de Câmara, são valores muito, mas muito superiores aos que hoje aqui foram apresentados, eu posso-lhe ler esta tabela (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... diferença daquilo que foi aprovado em reunião de Câmara durante a discussão, e durante o decorrer da reunião de Câmara que de facto eram valores muito superiores aos que depois apresentaram, não sei se voltaram a fazer reunião, mas parece que não, que não se fez novamente reunião, mas provavelmente houve algum entendimento sobre isso, e isto faz chamar a atenção que o assunto não estava tão bem estudado como aqui referiu, porque senão até os próprios que estavam com este assunto em mãos se tinham apercebido que as taxas que estavam a aprovar eram muito superiores àquelas que existiam anteriormente, tanto mais que os Vereadores, quer o Fernando, quer..., os dois Fernandos votaram contra, porque de facto estavam muito elevadas, depois com certeza se aperceberam do erro que estavam a cometer e substituíram a tabela de taxas por uma mais razoável, sobre a questão de que não seriam aumentadas as taxas durante este ano leio aqui também aquilo que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, não estou a inventar nada, usou da palavra e disse: *neste ponto resolvemos não proceder à alteração das taxas, que já eram na prática mínimas, todos sabem que o nosso País atravessa uma crise grande, as pessoas têm as suas dificuldades, e quantos menos impostos Municipais houver melhor para as populações, isto evidentemente que não vai afectar a condição económica da Câmara, nós entendemos que devemos proteger também os Municípios*, disse que não iria

haver aumento, afirmar aqui que não há aumento, não é (?), nem o Vereador o demonstrou, e com certeza eu também não o demonstro no global porque aquilo substituiu várias taxas que não correspondem umas com as outras e não é fácil em pouco tempo como nós tivemos para analisar este assunto verificar se na globalidade houve, ou não, alteração das taxas para mais, ou para menos, eu sei que algumas que eu consegui identificar aumentaram, e aumentaram significativamente, como algumas se mantêm no mesmo nível, e logo que haja uma que altera para mais não se está a cumprir aquilo que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal”.

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “queria agradecer ao Senhor Deputado Moreno, a resposta que o Senhor Vice-presidente me não deu, também não a podia dar, em abono da verdade não poderia dá-la, de maneira que estamos quites, e lamentar que sendo, como eu penso, que vai ser aprovada em votação esta nova tabela de taxas Municipais aqui nesta Assembleia, ela só entrará em vigor dentro de 5, 6, 7 dias, isto resulta, de duas, uma, ou esta Câmara perde durante uns dias receitas provenientes das taxas, ou os Municípios são prejudicados porque a Câmara não lhe fornece determinado tipo de serviços que tinham que ser taxados, uma das duas é o que irá acontecer. Depois da declaração de incompetência que o Senhor Vereador Pimentel aqui nos deixou na primeira parte dos trabalhos da parte da manhã, é a segunda declaração de incompetência da parte do Município, noutra área que temos aqui que registar”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar à votação do ponto **2.8 *Análise e deliberação sobre “Aprovação Final do Regulamento Geral de Taxas Municipais”*** -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O resultado da votação para este ponto é o seguinte, cinco (5) votos contra, do PS, duas (2) abstenções, e quarenta e três (43) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.9 *Análise e deliberação sobre “Multigranitos - Transformação de Granitos Unipessoal, Lda. - Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal”***-----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “é necessária uma certidão, uma deliberação de interesse público Municipal para se ver esta licença aprovada, para poder continuar a retirar pedra de Bruçó, é um assunto que foi tratado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, e que aqui vem, porque é necessário a Assembleia tomar essa deliberação, e nesse sentido, portanto aquilo que nós solicitamos é que a

Assembleia aprove o interesse público Municipal da continuação desta pedreira que já está instalada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não se registrando nenhum pedido de intervenção vamos ... (*ouviram-se vozes*) isso é usar e abusar da Mesa, peço para intervir, estão calados, quando vou colocar à votação, levantam o braço, isso acho que não é curial, isso mexe com os sentimentos das pessoas, para mim isso não faz diferença nenhuma, mas a gente dá um espaço para inscrições, quando vou passar à votação é que levantam o dedo, quero que pelo menos tenham respeito por a Mesa que é isso que nós merecemos, (*O Senhor Altino Aleixo interrompeu e disse: isto é uma interpelação à Mesa, porque já aconteceu isto aqui pelo menos três, ou quatro vezes, é sempre estes comentários, e esse discurso ao Senhor Aníbal Moreno, depois disso inscrevem-se sempre mais duas, ou três pessoas, e nunca ouvi comentário nenhum*) isso é uma intervenção da sua conveniência, porque eu limito-me aqui muitas vezes a repetir sempre o número dos que querem intervir, e se há complacência para alguém não é para o PSD, até é para o PS, e sabem perfeitamente que isso é verdade”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “gostaria de saber da parte da Câmara Municipal, esta emissão deste interesse público Municipal, se a Câmara também pôs algumas condições à firma em questão, à Multigranitos, para ter esta aprovação do interesse público Municipal, porque que eu saiba ao fazer a exploração deste tipo de matéria-prima vai criar também certos buracos, chamemos-lhe assim, na paisagem, e queria saber portanto se a Câmara lhe pôs condições também para lhe atribuir a declaração de interesse Municipal, se houve algumas contrapartidas negociadas com a entidade, em que a Câmara possa beneficiar, ou a Junta de Freguesia onde está instalada a referida pedreira, porque se calhar o interesse Municipal em termos dos buracos... se volta a colocar o terreno em condições de não ferir a paisagem, ou se simplesmente lhe é emitida a declaração de interesse Municipal sem qualquer contrapartida. Gostaria que da parte da Câmara desse alguma informação a esta Assembleia Municipal sobre a negociação que houve sobre esse problema”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “isso a existência dos buracos lá nas pedreiras, ao haver um licenciamento a própria empresa tem que deixar uma caução no Ministério para se não cobrir, o Ministério utiliza essa caução para deixar tudo natural, agora aquilo que o Senhor Deputado Municipal nos está a pedir é para fazer uma ilegalidade, porque a Lei diz clara que o Município não pode pedir, nem por protocolo, a ninguém, algo que saia das suas competências e não esteja previsto, isto não está nada previsto, nem a Lei o permite fazer, nós não negaremos aquilo que a empresa queira dar ao Município, nada disto pode estar num protocolo, numa negociação, porque isto é ilegal, não se pode fazer aquilo que o Senhor está a propor para se fazer, este tipo de negociação é nula, e

não vincula ninguém, nem ele a pode quando quiser terminar com protocolo, ou com esse tipo de negociação. Agora estão à vontade, nós entendemos que é do interesse público Municipal manter os doze postos de trabalho que tem, mas os Senhores estão à vontade se considerarem que não é do interesse público Municipal, votar doutra forma distinta, que é para isso que serve esta casa, que é a casa da democracia”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou colocar o ponto **2.9 *Análise e deliberação sobre “ Multigranitos - Transformação de Granitos Unipessoal, Lda. - Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal”*** à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----O Ponto 2.9 foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.10 *Análise e deliberação sobre “Saída da Associação de Municípios Ribeirinhos do Douro Superior e da Associação de Municípios do Vale do Côa – Proposta do Sr. Vereador do Desenvolvimento Rural e Obras Municipais”*** -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “a proposta que vos foi fornecida, creio que explícita já de uma maneira bastante abrangente as razões que conduziram à sua propositura, de qualquer maneira permitam-me que diga o seguinte, até há bem pouco tempo havia Associações de Municípios de Fins Múltiplos que podiam abarcar uma certa quantidade de conteúdos, em determinada altura por legislação própria foram criadas Associações de Fins Múltiplos, e de Fins Específicos, e portanto Mogadouro, nomeadamente, a exemplo de outros encontra-se hoje como sócio de uma série de Associações de Fins Específicos que em muitos casos se sobrepõem nos seus conteúdos umas às outras, e para todas elas no final do ano é necessário pagar, mas nalgumas é só a quota, mas noutras caminham em determinados sentidos que entendemos que Mogadouro não deve abarcar; nesse sentido propus à Excelentíssima Câmara que considerasse a saída da Associação dos Municípios Ribeirinhos do Douro, e da Associação dos Municípios do Vale do Côa. Porquê? Como bem sabem ainda há bem pouco tempo foi criado, por exemplo um AECT, que abrange todos os Municípios, entre os quais também Mogadouro que faz parte do mesmo espaço territorial da Associação dos Municípios Ribeirinhos do Douro. Porquê estar nas duas? Há dois anos não vemos qualquer efeito, e não há nada que a Associação dos Municípios Ribeirinhos do Douro, que o AECT, com esta base territorial, não possa fazer, esta entendi eu, e por isso propus, que era uma Associação irrelevante para o Concelho de

Mogadouro, entendeu a Câmara por cinco (5) votos favoráveis, e duas (2) abstenções, creio eu, que assim era. -----
-----Em relação à Associação dos Municípios do Vale do Côa até poderão questionar, mas se calhar ainda o ano passado, ou há dois anos estavam a dizer que grande parte da receita que o Município foi buscar ao [CA] foi ao Vale do Côa, sem dúvida nenhuma, só que não era a Associação de Municípios de Fins Específicos do Vale do Côa, era a AIBT do Côa, era uma Área Integrada de Base Territorial que tinha por trás de si o envelope financeiro gerido pela [CDRC], e como de facto fomos buscar imenso dinheiro, que foi muito útil a Mogadouro, a Associação dos Municípios do Vale do Côa, enquanto Associação trilhou caminhos um bocado contrários a esta filosofia, começou por meter pessoal a ganhar novecentos contos cada funcionário, começou por se candidatar a um PROVER com uma estratégia de eficiência colectiva voltada essencialmente para o Museu do Vale do Côa, e começa hoje a dar sinais nítidos de degradação e desagregação a nível dos vários sócios que a compõe, a ponto de haver Municípios que já nem as quotas pagam, Mogadouro até ao momento tem tudo saldado, há Municípios que só de quotas vão com trinta e oito mil euros, há Funcionários que têm o vencimento penhorado, vencimentos que não receberam, e que estão penhorados neste momento. Entendemos que Mogadouro não deve continuar neste lamaçal, mas mais ainda, está a tentar projectar uma estrutura de funcionamento onde envolve uma agência de funcionamento, onde irá efectivamente dotá-la de quadros, pelas amostras que já vimos serão de valor muito superior, onde encomendou estudos a gabinetes como Augusto Mateus que custaram dezenas de milhares de euros, e que hoje a maior parte se nega a suportar; estas as razões que no meu critério de análise, participação em várias reuniões, e em discussão com o Presidente Doutor Machado, e restantes Vereadores, se entendeu que era dada a hora de sair. Porquê? Porque estamos noutras Associações de fins específicos, como é a Associação de Desenvolvimento do Douro Superior, que pode ir a todos os fundos comunitários, a Associação de Municípios do Douro Superior, que não é a mesma coisa, que pode ir a todos os fundos comunitários, a Associação de Municípios da Terra Fria, que pode ir a todos os fundos comunitários, a ZASNET, que pode ir ao INTERREG aos fundos, digamos, a nível do [CCTEP], portanto, eu creio que para já na minha perspectiva estas duas estarão bem, creio que também teremos forçosamente, nós e outros Municípios que caminhar no sentido de reduzir, digamos, a pertença a tantas Associações com os mesmos fins, mas há aqui também ainda uma outra situação, é que esta Associação por força de aspiração do Museu do Côa, não há dúvida, ela foi criada por o anterior Presidente, e continua com a direcção do actual Presidente, mas para puxar pelo Museu do Côa, para puxar pelas gravuras do Côa, e mais, e todo e qualquer fundo que a Câmara de Mogadouro fosse buscar a esta

Associação, ele iria ser retirado na CCORN, iria absorver-nos fundos, não do Centro como antigamente, mas da CCORN, portanto considero uma nulidade a nossa continuação, por isso eu propus, e proponho que esta Assembleia aprove justamente esta proposta”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “começava por citar uma frase do Senhor Presidente António Machado, aqui, naqueles seus momentos de mais vivacidade que disse, *quem não está bem que se ponha*, e se permite, eu ainda diria mais, aqui quem não está bem, e está um bocado incomodado, tem muitas coisas que fazer, e não está de coração feito e aberto à vontade também se pode ir embora. -----

-----Em relação a este ponto concreto queria dizer o seguinte, em relação às Associações e à minha intervenção que tive aqui sobre a Rota do Azeite, e sobre outros azeites, eu sinto-me às vontade, como sabem não votei a favor, e em relação ao Senhor Vereador Pimentel, fique descansado, também o meu voto e os outros pouco conta, mas também não vou votar contra a saída, para os mais distraídos vou ler aquilo que o Senhor Vereador Pimentel diz, se calhar muito bem, é assim, *tem este Executivo vindo a assistir a uma permanente criação de Associações Municipais, nomeadamente de Fins Específicos. Por outro lado, dada a nossa situação geográfica, que nos coloca no centro dos Concelhos do Norte e Sul dos Distrito, tem-nos levado a integrar associações em grande número que em muitos casos se sobrepõem, e começa a ser difícil para esta Autarquia suportar quotas e encargos de funcionamento, dado que, cada estrutura, cria as suas próprias equipas de trabalho*, muito bem, nada a opor a isto, estas minhas intervenções anteriores, e esta agora, queria dizer uma coisa, há um ditado popular Sendinês que diz assim, *«antes de te casares mira lo que fazes»*, e há outro adágio popular que também diz assim, *«cabrito mamão, só até ao rebentão»*, quem quiser que vá procurar e ver, isto em relação às Associações, a estas entradas e a estas saídas”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “foram aqui explanadas as razões do pedido da Câmara Municipal para saída da Associação de Municípios Ribeirinhos do Douro, e da Associação de Municípios do Vale do Côa, foram aqui explanadas pelo Senhor Vereador Pimentel as razões que justificarão a saída destas Associações, e em relação a este assunto eu queria dizer o seguinte, aquando da discussão do ponto **2.5 Análise e deliberação sobre “ Adesão à Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes”**, saímos de umas, entramos noutras, é assim a vida, mas quando foi discutido o ponto 2.5 foi aqui referido na discussão e deliberação desse ponto que não se entendiam muito bem os critérios de saída da Associação de Municípios Ribeirinhos do Douro, e da Associação de Municípios do Vale do Côa, ficou aqui bem claro que os critérios de saída são os mesmos critérios de entrada, ou seja, quando interessa aderimos, quando deixam de interessar saímos, digo ainda o seguinte, que

de facto foi o Doutor Francisco Pires, na altura Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, que decidiu aderir a essa Associação dos Municípios Ribeirinhos do Douro, e na altura eu vim aqui a esta tribuna dizer que não entendia muito bem o que é que Mogadouro teria a ganhar com a adesão a essa Associação, porque não aderir a outras Associações, porque não criar outras de interesses comuns, nomeadamente no Planalto Mirandês, portanto chegou a hora de sairmos porque deixa de interessar, tem o nosso apoio porque deixa de interessar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos colocar o ponto **2.10 *Análise e deliberação sobre “Saída da Associação de Municípios Ribeirinhos do Douro Superior e da Associação de Municípios do Vale do Côa – Proposta do Sr. Vereador do Desenvolvimento Rural e Obras Municipais”*** à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila e oitava fila. -----

-----Este ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, quatro (4) abstenções do PS, e quarenta e seis (46) votos a favor”. -----

-----Vamos entrar no ponto **2.11 *Outros Assuntos*** -----

-----Queria ainda apresentar um Voto de Pesar (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “... contínuo sem resposta às questões que lhe ponho, eu digo que o Senhor chuta para canto, e é o que penso, o Senhor diz que eu também chuto, ficamos empatados, mas os Senhores Vereadores, normalmente, quando o Senhor os encarrega de responder a certas questões, ainda chutam mais para longe. -----

-----Felicito pela solução encontrada para o pavilhão desportivo de Bemposta, peca por tardia, mas mais vale tarde do que nunca. -----

-----Por fim uma nota desagradável, lamento e sinto-me apoiado pela Senhora Deputada Mesquita, a falta de firmeza na condução dos trabalhos por parte do Senhor Presidente da Assembleia, já mais vezes falei nisso, desculpe eu malhar em ferro frio, mas quando as circunstâncias não se mudam, a minha opinião não pode mudar, ao longo desta Assembleia passaram-se coisas desagradáveis, ouviram-se expressões que não são ofensivas para quem as produz, nem para quem as poderia receber, que não recebeu, mas sim para toda esta Assembleia, e para a Mesa, ouviram-se aqui expressões nada condignas; Senhor Presidente, acho que deve ter mais firmeza na questão, não se deixar substituir pelo Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na condução dos trabalhos, nem na indicação do que é, ou não regimental para tratar aqui, exercer os direitos e as funções

que o Regimento Municipal lhe concede, e penso que assim se conseguirá chegar a melhor porto nestas questões que estamos a pôr”. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** usou da palavra e disse: “ o assunto que me traz aqui hoje, é simplesmente um agradecimento que quero fazer ao Senhor Vereador Pimentel e à Câmara Municipal, em meu nome e em nome de alguns utilizadores frequentes dum pequeno troço de um passeio, na Avenida de Espanha, em frente à Montalto, que se encontrava esburacado, já me havia sido prometido há muito, pelo Senhor Vereador Pimentel, talvez já desde o início do anterior mandato, e que nunca foi arranjado, foi necessário que há precisamente oito dias, ali tivesse caído alguém, e se tivesse magoado, e disso eu dei conhecimento ao Senhor Vereador, para que o mesmo fosse arranjado, está hoje a ser concluído. De qualquer forma, eu quero agradecer, na mesma, porque como diz o ditado «vale mais tarde, que nunca» ”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “é só para concluir, e um pouco em jeito de humor, deixar aqui uma sugestão, que se calhar eu também já concordo em que o horário da Assembleia seja, começar mais cedo, para poder acabar antes de almoço, porque me parece que o tal Senhor Branco, Tinto, ou Rosé produz o seu efeito seja ele de que cor for. ----- Democracia também é saber ouvir os outros, e esta Assembleia, eu penso que este órgão ainda é o órgão máximo do Concelho, e é triste vir em acta, e digo que também há formas de transcrever para a acta os risos, e as palmas, através dos rs, e o lol, mas se o fizerem que escrevam da bancada que vêm, eu pensava que a formação das listas para a Assembleia obedecia a critérios doutra forma, a pessoas que fossem capazes de vir aqui discutir os problemas do Concelho e tratá-los de forma adulta. E agora deixava uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara, não deve ficar muito caro para a Câmara, pelo menos comprar um brinquedo, uma playstation, ou coisa parecida, para estarem entretidos e não perturbarem a Assembleia. ----- À Senhora Deputada Sandra quero dizer que não ponha na minha boca palavras da sua, penso e irei ouvir em acta, que nunca me referi ao Vice-presidente como você sabe, e ainda por cima um você desrespeitoso, nem que o ouça lá, mas enfim são as tais diferenças da linguagem escrita, e da linguagem oral. -----

-----Quanto ao ranking das escolas, é evidente que a nossa escola está em último lugar, não concordo com o Doutor José Maria quando quis deixar aqui claro que não é da responsabilidade dele, a quem atribuíram a responsabilidade não sei, sei que esta escola houve tempo, e já lá vão uma boa dúzia de anos que no Concelho teve alunos premiados a nível Distrital, hoje já são Médicos uns, Engenheiros outros, já andam em especialidades, o porquê, não sei”. -----

► **JOSÉ MOURA** usou da palavra e disse: “a minha intervenção vai um bocadinho no sentido de comentários, e o primeiro, é que a maneira como

decorreu esta Assembleia, acho que foi a Assembleia que menos aprendi, daqui vou enunciar duas ideias para pensarem um bocadinho, a primeira acho que foi influenciada por os 6 pontos das percentagens, a oposição acho que ficou um pouco desnorteada, logo de manhã cedo com os 6 pontos, e a segunda, é que estas reuniões, da minha parte, deviam ser a partir das 20, ou 21 horas, durante a noite, e principalmente às sextas-feiras, que é o fim-de-semana”. -----

► **VITOR PURRALO** usou da palavra e disse: “ é a minha primeira intervenção aqui nesta Assembleia, onde eu ouço falar tanto em crianças, segurança, e mais afins, eu queria pôr aqui uns problemas, não como..., como membro desta Assembleia, mas como a profissão que exerço, eu gostava que vocês pensassem um bocadinho quem é que zela por a segurança dos miúdos, casa/escola e escola/casa, é a dita empresa Santos, os próprios autocarros, e os Motoristas. -----

-----Em frente à Escola Secundária, o arruamento sim senhor foi composto, mas agora serve de estacionamento para os próprios Professores, eu não tenho medo de falar, porque uma pessoa quer ir buscar os miúdos e eles têm que andar entre os carros ligeiros que ali estão estacionados, e uma pessoa a carregar na via pública. Gostaria Senhor Presidente que o Senhor mandasse pôr uns sinais de proibir o estacionamento, doa a quem doer, é um perímetro escolar. -----

-----Como todos conhecem, um rapaz até que muita gente o confunde comigo, que se chama Décio, que pertence a Bruçó, tem uma miúda, todos conhecem o problema que ela tem, essa miúda a maior parte dos dias vai almoçar à cantina, quem faz o transporte para a cantina é a empresa Santos, mas quem anda com a miúda ao colo para entrar para dentro do autocarro e sair são os Motoristas, ainda bem que agora está aqui a Associação de Pais, Agrupamento de Escolas, e a própria Câmara, que eles vão ter que decidir e dar a resposta numa próxima, eu as vezes que lá vou carrego a miúda, porque as Funcionárias uma pega pelos braços, outra pelas pernas, e ali vai o saco de trigo, não pode ser assim, por amor de Deus, hoje em dia há carros próprios, porque temos outra situação, o Pedro, também na cadeira de rodas, não sei se foi por contrato com os Bombeiros, se não, os Bombeiros têm uma carrinha própria e transportavam-no casa/escola e escola/casa. Senhor Presidente, nos tempos que estamos, acho que estas coisas têm que ser remediadas, independentemente da cor política, seja aquilo que for, e quero que pensem um bocadinho, os vossos filhos, as crianças das vossas aldeias, a segurança deles casa/escola e escola/casa, está nas mãos de quem?”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ referir-me em primeiro lugar, porque aqui foi falado logo ao início da manhã sobre as competências, sobre os cemitérios, dizer aqui que em Bemposta, e já não é de agora, nem do anterior mandato, já há muitos anos, se calhar há mais de

vinte anos que os custos dos funerais são suportados pela Junta de Freguesia, a Junta tem pessoal, e é a própria Junta que faz os funerais, não leva nada a ninguém, compreendo que haja Juntas que não tenham essa capacidade, mas se a tiverem acho que fica bem esse gesto, nós da nossa parte continuaremos sempre que possível, enquanto for possível, a fazê-lo.

-----Referir novamente que a dívida à ADSE que aqui foi falada, dizer novamente ao Senhor Deputado Aníbal Moreno, que independentemente do tratamento contabilístico que tenham dado a essa transferência dos onze mil euros, a verdade é que existe uma ordem de transferência da Câmara para a Junta de Freguesia, onde está bem claro, transferido ao abrigo do protocolo para pagamento da dívida à ADSE, está assinada e carimbada pelo Presidente da Junta de Bemposta, essa é a realidade. -----

-----Depois introduzir aqui outro assunto, que é o cemitério de Bemposta, que foi aqui falado durante quase todo o anterior mandato, muitas vezes, ainda na anterior sessão o Senhor Deputado Moreno voltou a trazer aqui novamente esse assunto porque essa obra não foi apoiada durante o anterior mandato, eu queria dizer ao Senhor Deputado Aníbal Moreno, e não me custa nada aqui reconhecer que o Senhor faz muito bem o papel de Deputado da oposição, porque tem conhecimento dos assuntos, porque sabe da matéria, e sobretudo porque é muito atento, e particularmente atento aos assuntos tratados pela Câmara. Eu imagino o que o Senhor Deputado Aníbal Moreno aqui diria nesta Assembleia se soubesse que a Câmara estava a financiar uma obra em terrenos que não eram de uma Freguesia, seria precisamente isso que teria acontecido se a Câmara tem financiado durante o anterior mandato a obra de ampliação do cemitério de Bemposta, é que se calhar foi uma falha sua, devia-se ter informado se o terreno estaria já em condições de ser iniciada a obra, porque eu tenho aqui para lhe mostrar, se quiser conferir, que a escritura do terreno foi feita no dia 10 de Setembro de 2009, um mês e um dia antes das eleições, portanto como é que seria possível a Câmara financiar essa obra quando o terreno ainda era família..., mas essa é a questão menos importante, nem me quero referir a ela, por acaso era família do anterior Presidente da Junta, mas não é isso que está em causa, fosse de quem fosse, se o queriam comprar não era isso que impediria a compra, portanto era só isto, quando às vezes se tecem determinados comentários, não se devia basear só na teoria que a anterior Junta lhe vendia, devia-se ter documentado para não cometer esses erros”. -

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ Senhora Deputada Sandra a Senhora surpreendeu-me por factores distorcidos, por não estar documentada, isto é, manda uns fogachos para o ar e depois sujeita-se a ser rectificada, mas eu vou-lhe explicar, é que eu lembro-me da cara da Senhora, a Senhora foi-me mendigar para entrar para a Cruz Vermelha, e eu não a aceitei (*ouviram-se vozes*), a Senhora deixou de ser sócia, deixou de ser sócia porque quis, a Senhora tenha coragem, não esteja a dizer mal

de uma instituição (o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: *ou invertem no sentido das intervenções, ou eu não deixo que prossiga a sua intervenção, Senhor Lima, não estamos aqui a aguçar facas a ninguém*), a Senhora Deputada mostrou ali um cartão, pôs em causa uma instituição, ela diz que tem a razão, e eu estou-lhe a provar que ela não tem razão, ela é que alterou, e o Senhor é que permitiu que ela usasse dessa faculdade, não fui eu, ela é que utilizou aquele argumento, (o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu novamente e disse: *Senhor Lima vamos lá ver se a gente se entende, com todo o respeito e estima que tenho para consigo, há uma reciprocidade naturalmente no respeito, então é assim, a Senhora Deputada colocou aqui uma questão que por acaso colidiu com a Cruz Vermelha, falou na Cruz Vermelha, naturalmente assente na sua primeira intervenção da manhã, e só por isso, e não fez referências à sua pessoa, nem à sua capacidade de direcção do órgão, fez, Senhor Presidente, sendo assim, aquilo que eu lhe peço Senhor Lima, se quer que não lhe tire a palavra, aquilo que eu lhe peço é que se reconduza à defesa da sua honra, ou da sua consideração, é o que eu lhe peço por favor, se for assim muito bem, se não for assim lamento muito, mas tenho que lhe tirar a palavra*), eu vou concluir, mas chamo a atenção, com o respeito que tenho pelo Senhor Presidente, que o Senhor Presidente não devia ter autorizado a Deputada Sandra de exhibir um cartão que é ilegal, que está ultrapassado há 4 anos, chamo a atenção Senhor Presidente que ela disse, e vejam a gravação, que ela chamou atenção da capacidade dos órgãos dirigentes, e aí é que eu estou a defender a minha causa, Senhor Presidente, porque senão eu não tinha que fazer isto, eu chamo a atenção que o Senhor não devia ter autorizado, ela disse o que quis, e eu agora não posso defender uma instituição, que é a segunda do mundo mais importante, mas eu de facto retiro-me para não causar problemas, agora eu sei, e convido a Senhora Deputada Sandra a visitar a Cruz Vermelha, e a inteirar-se do seu funcionamento, porque há muita gente que fala para o ar e não sabe, eu quero que a Senhora vá lá, eu convido-a, eu exijo que a Senhora veja, que é para não mandar fogachos para o ar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ não havendo mais intervenções, queria apenas, e dado que, o Senhor Deputado Ilídio Martins. Eu já não o vejo (*ouviram-se vozes*) já saiu? Pronto, queria-lhe responder, e para que a Assembleia tenha conhecimento, primeiro, que no âmbito das minhas competências não está a fazer qualquer tipo de proposta a entidade, seja ela qual for, estão consignadas no artigo 23, por outro lado também seria uma sobreposição ao autor da proposta que apresentou aqui na Assembleia Municipal, sobreposição e substituição, portanto, se realmente a resposta que a GNR deu, não foi cabal, então nessa altura só tem que fazer na próxima reunião uma outra proposta, organizá-la e votá-la-emos em conformidade, mas não compete ao Presidente da

Assembleia, substituir qualquer dos elementos à proposta por si feita. -----
-----Relativamente à questão da dignidade, ou da falta de firmeza que aqui foi colocada, isto foi uma intervenção muito subjectivista, porquanto aquilo que eu entendo como falta de firmeza é deixar desregular o órgão, ora o cumprimento da Lei, e do regimento, julgo que foi satisfeito, acabámos a reunião a esta hora produto de muita intervenção, produto de muito trabalho, senão teria sido feita logo de manhã, agora quem tem que contribuir para a eficácia do órgão, somos todos nós, sois todos vós, ou seja, eu acho que na escola repreendo um aluno quando se porta mal, aqui com educação chamo atenção de que não devem discutir problemas ao lado, porque criam, de certa forma hábitos que nós não estamos habituados, e que de certa forma também, condicionam muito o trabalho da Mesa, por isso eu acho que a nossa missão enquanto Mesa é assegurar o cumprimento escrupuloso da Lei e da constituição, falta de firmeza, cada um pensa o que quiser, falta de firmeza não é chegar à pessoa que está aí a fazer barulho e pô-lo na rua, é repreendê-lo, tenho-o feito e continuarei a fazê-lo independentemente de ser do PSD, ou ser de qualquer outro partido, enquanto eu aqui estiver, é assim que eu vou fazer. E agora porque não estava cá vou-lhe dizer que relativamente à questão que me colocou da resposta ao Comando Distrital, não é da minha competência, não sendo da minha competência, e não querendo substituir o promotor da anterior proposta, nem ele me permitiria, a única coisa que eu aconselho é que, se não está satisfeito com a resposta do Comando Distrital, na próxima reunião elaborará uma proposta muito bem elaborada, se for coerente terá o meu acordo, se não for coerente não terá. Penso que disse tudo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às dezoito horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(Maria Isabel S. M. Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta acta é constituída por 35.532 palavras, distribuídas por 72 páginas e 3078 linhas *